



**CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO SÃO FRANCISCO**

Ata da 115ª Reunião Extraordinária da
Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco do
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM.
Data: 27 de Novembro de 2014, às 09:00 horas.
Local: Sede Regional do Sisema - Rua Bananal, nº 549 - Bairro Santo Antônio
Divinópolis/MG

1 Conselheiros presentes: Patrick de Carvalho Timochenco, Presidente Suplente da
2 URC Alto São Francisco; Alexandre Ferreira, representante da Federação das
3 Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG; Camilo de Lélis André Melo,
4 representante da Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de
5 Serviços do Estado de Minas Gerais – Federaminas; Francisco de Assis Braga,
6 representante Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES;
7 Edélcio José Caçado Ferreira, representante Federação da Agricultura e Pecuária do
8 Estado de Minas Gerais – FAEMG; Francisco Chaves Generoso, representante
9 Ministério Público; Roberto Soares Nogueira, representante Comitê da Bacia
10 Hidrográfica do Entorno da Represa de Três Marias; Fabrizio Furtado de Souza,
11 representante da Fundação Educacional de Divinópolis - Funedi; Rodrigo Cesar da
12 Silva, representante da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG; Valério Mendes
13 Rezende, representante da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
14 Abastecimento – SEAPA; José Hermano Oliveira Franco, representante AMA
15 PANGEIA – Amigos do Meio Ambiente de Pará de Minas; Marcos Antônio Ferreira
16 Veloso, representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
17 de Minas Gerais – CREA/MG; Lucélio Nativo Assunção, representante da Secretaria
18 de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE; Elenice Louback Barros,
19 representante da Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Pública – SEDRU;
20 Mário da Silva Oliveira, representante do Codema-Pains. - Patrick Timochenco - Chefe
21 Regional do IEF Centro Oeste – Bom dia. Meu nome é Patrick Timochenco, eu estou
22 como chefe regional do IEF do Centro Oeste. Hoje me passaram a missão. A
23 impossibilidade do nosso colega de Varginha presidir a reunião e eu fui designado. Nós
24 temos uma pauta. Eu acho que está aberta a reunião. Nós vamos discutir a 115ª Reunião
25 Extraordinária da Unidade Regional Colegiada do Alto São Francisco do Conselho
26 Estadual de Política Ambiental. Nós podíamos começar com o hino. **1. Execução do**
27 **Hino Nacional Brasileiro.** - Patrick Timochenco - Chefe Regional do IEF Centro Oeste
28 – Passar para o segundo item da pauta. Considero aberta a reunião. 115ª Reunião
29 Extraordinária. Tem quorum. Tranquilo. Dá para nós conduzirmos a reunião. Eu abro a
30 palavra para os conselheiros para algum comunicado, algum assunto. **2. Abertura pelo**
31 **Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e**
32 **Presidente da URC Alto São Francisco, Dr. Danilo Vieira Júnior. 3. Comunicado dos**
33 **Conselheiros e Assuntos Gerais.** - Francisco de Assis Braga - Representante ABES - Bom
34 dia a todos. Eu gostaria só de reinterar o que nós falamos na reunião passada dá necessidade
35 realmente da convocação dessa reunião extraordinária tendo em vista que nós temos uma
36 reunião agora no mês de dezembro, talvez a menos de 20 dias. Qual é o dia da reunião de
37 dezembro? Dia 18 e da dificuldade de nós nos deslocarmos e termos tempo disponível para



38 poder participar de uma reunião extraordinária que na verdade o processo, eu creio que
39 poderia ser apreciado sem prejuízo nenhum de tempo na reunião ordinária do mês de
40 dezembro. Eu gostaria de registrar novamente aqui, vamos dizer, o meu protesto em
41 relação, na minha opinião, na falta de necessidade de convocação de um reunião
42 extraordinária como esta. - Francisco - Representante Ministério Público - Bom dia a todos.
43 Para, além disso, professor Francisco, eu de fato queria saber qual é o enquadramento da
44 hipótese dessa reunião extraordinária. Existe uma previsão específica para a convocação de
45 reunião extraordinária. Parece que consta do artigo 19. Eu queria saber da mesa qual é a
46 hipótese de enquadramento da convocação dessa reunião e se existem documentos hábeis a
47 comprovar essa hipótese. - Fernanda - SUPRAM ASF - No próprio parecer consta que o
48 departamento de monitoramento de sistema elétrico manifestou que o empreendimento tem
49 a data contratual de conclusão até o dia 25 de agosto de 2015 e bem como é um
50 empreendimento de extrema importância para os consumidores de energia elétrica do
51 Estado de Minas Gerais. Expõe ainda que a falta de transmissão faz com que o sistema
52 elétrico que abastece o Estado fique fragilizado. Portanto, o órgão entende que cumpri o
53 artigo 19 inciso 2º haja vista por se tratar de assunto urgente e relevante interesse. -
54 Francisco - Representante Ministério Público - Compreendi. Só um detalhe. Essa
55 manifestação do operador de sistema está documentada? - Paula - SUPRAM ASF - Existe
56 uma solicitação do Ministério de Minas e Energia direcionada para o presidente da
57 FETAEMG. Essa carta, essa correspondência do Dr. Domingos, do Ministério de Minas, foi
58 direcionada a FETAEMG com essa justificativa com essa exposição. Até no pedido de
59 interseção para agendamento da reunião com a EMATER. Existe também um e-mail
60 justificando que foram feitas as reuniões junto a SEMAD e o Secretário entendeu que esses
61 documentos eram suficientes para convocar a reunião extraordinária. A justificativa está
62 toda documentada no processo, inclusive os e-mails com as justificativas direcionadas a
63 mim, direcionadas ao chefe de gabinete. A justificativa foi a mesma justificativa
64 apresentada nesse ofício direcionada a FETAEMG. - Francisco - Representante Ministério
65 Público - Do meu ponto de vista nós temos que analisar essas questões com mais cuidado
66 porque de fato qualquer empreendimento de utilidade pública pode gerar esse tipo de
67 justificativa, porque todos nós sabemos da utilidade pública, da atividade e etc. Agora, isso
68 em todos os casos. Pode justificar para um eventual vencimento de contrato? Até porque é
69 agosto de 2015. Como o professor Francisco falou pelo menos não consta dos autos uma
70 justificativa plausível para que esse adiantamento de 15 dias ou algo que o valha em relação
71 a reunião ordinária de dezembro seja justificado. Enfim, eu também registro. Acho que nós
72 também temos que olhar com bastante cuidado as questões das reuniões extraordinárias até
73 para não ferir o princípio da isonomia em relação a outros empreendimentos. - Não
74 identificou - Aproveitando os Assuntos Gerais. Eu queria fazer a designação do Patrick.
75 Senhores conselheiros, diante da impossibilidade de comparecimento do titular e primeiro
76 suplente representantes da SEMAD junto a URC Alto São Francisco conforme, composição
77 estabelecida pela Deliberação Normativa, pela Deliberação COPAM nº 483 de 2013 indico
78 o senhor Patrick de Carvalho Timochenco, secretaria de Estado de Meio Ambiente e
79 Desenvolvimento Sustentável para presidir a 115ª Reunião Extraordinária da Unidade
80 Regional Colegiada COPAM Alto São Francisco. Será realizada no dia 27 de novembro de
81 2014, às 10 horas, no município de Divinópolis. Atenciosamente, Danilo Vieira Júnior. -
82 Não identificou - Houve uma manifestação da plateia. Foi citada a FETAEMG que pediu
83 para falar. Dar a palavra ao conselheiro primeiro. Por favor. - Não identificou - Eduardo. Os
84 conselheiros tem que se manifestar primeiro. Eu... - Camilo de Lélis André Melo -
85 Representante FEDERAMINAS - Primeiro os conselheiros, depois o resto se manifesta. -
86 Não identificou - Primeiro os conselheiros. Você me permite? Não estou querendo. - Não
87 identificou - Eduardo, aguarda um pouquinho. - Roberto Soares Nogueira - Representante



88 Comitê de Bacia do Entorno da Represa de Três Marias - Está perfeito. Eu sei. Na hora do
89 processo nós. Eu queria trazer para a SUPRAM uma denúncia que foi publicada no jornal
90 de Itaúna sobre uma obra que aparentemente é irregular e está prejudicando as nascentes do
91 rio São João em Itaguara. Eu queria deixar o jornal com você, Paula. Pediria que isso fosse
92 investigado porque nós já estamos com o rio em uma degradação absurda e parece que isso
93 está pegando as nascentes, as principais nascentes em Itaguara que já estão até parece que
94 algumas já secas. Por favor, o que puder ser feito nós do Comitê de Bacia e dos municípios
95 que estão a jusante do rio São João agradecemos. - Não identificou - Vamos seguir? -
96 Eduardo - Representante FETAEMG - Sou conselheiro do COPAM. Primeiro, essa questão
97 da marcação dessa reunião extraordinária uma semana após a reunião ordinária para um
98 único processo. Quero que seja anexado. Já tenho a autorização dele para que seja anexado.
99 O ouvidor ambiental do Estado de Minas Gerais, Dr. Rogério Noce. Eu já apresentei essa
100 manifestação ontem no conselho normativa recursal presidido pelo Dr. Danilo. Dr. Danilo
101 estava presente. A manifestação dele é a seguinte. Caro Eduardo, parece que desta vez,
102 segundo deduzo das informações apresentadas no site da SEMAD/COPAM URC Alto São
103 Francisco para a 115ª Reunião Extraordinária da URC a ser realizada em Divinópolis, na
104 próxima quinta-feira dia 27/11, o adendo e o parecer único. A decisão da SUPRAM é
105 tratorar o processo de LP a vista dos aspectos ditos estratégicos e de segurança para evitar
106 colapso no abastecimento elétrico. Isso entre aspas. O tratorar não. Mais. No adendo
107 existem ainda citações sobre a FETAEMG. Acho que esse assunto à luz da razoabilidade
108 deverá ter curso judicial após as decisões administrativas. Aguardemos. Era o que tinha que
109 considerar, Rogério Noce. Eu peço que infelizmente os técnicos sabem, isso aqui vai dar
110 origem a um procedimento na ouvidoria. O que eu lamento. Eu lamento. Segundo. Eu não
111 posso aceitar que para justificativa de conformidade, conforme o Dr. Francisco levantou,
112 seja trazido ao processo uma manifestação de um Diretor do Ministério de Minas e Energia
113 a FETAEMG. Ele nos mandou esse ofício. Nós nem respondemos. Primeiro, o processo
114 está, até prova em contrário, sob a tutela do Governo do Estado e da SEMAD. Até prova em
115 contrário. Segundo. Ele não tem estatura institucional, Ministério de Minas e Energia para
116 se manifestar sobre viabilidade ambiental. Não faz parte da atribuição. Nós não
117 respondemos. Inclusive não respondemos porque o ofício dele sem jamais ter feito nenhum
118 contato conosco, nenhuma consulta, ele já faz a afirmação sobre o posicionamento nosso.
119 Nós não respondemos e eu não posso aceitar que este ofício, que uma manifestação do
120 Ministério de Minas que não é parte do processo administrativo, seja usado como um
121 instrumento. Para complicar, Dr. Francisco, eu cada vez entendo menos sabe porque?
122 Ontem teve a reunião da CNR presidida pelo Dr. Danilo. Eu expus a questão. Li o
123 documento, pedi a anexação e a manifestação do Dr. Danilo é que ele não tinha
124 conhecimento da realização dessa reunião aqui hoje. A manifestação dele foi pública. Eu
125 não vou entrar no mérito, sabe? É constrangedor. É constrangedor. Agora a manifestação do
126 Secretário na reunião da CNR foi de que não tinha conhecimento nem da pauta, nem da
127 convocação extraordinária. Nós que fazemos parte do SISEMA é constrangedor para nós a
128 situação. - Não identificou - Vamos seguir? Dra., a manifestação? - Paula - SUPRAM ASF
129 - Vou só fazer uma manifestação já que o nome do Secretário Adjunto foi colocado e para
130 explicar para os conselheiros que todas as reuniões são aprovadas com pré-pauta e pauta
131 pelo Danilo. Deve estar havendo algum mal entendido. Senhores, por favor, baixem a pauta
132 por favor. Ela é aprovada e assinada pelo secretário. A SUPRAM não tem autonomia para
133 fazer reunião extraordinária sem o conhecimento de ninguém da SEMAD. Infelizmente o
134 Rogério Noce fazia parte do SISEMA e está trabalhando na ouvidoria. Eu só lamento uma
135 manifestação dessa forma. A equipe da SUPRAM deixando aqui tudo muito claro para
136 todos os conselheiros, para o empreendedor também. A nossa posição está dentro do
137 processo, toda documentada. Nós não temos porque tratorar opinião nenhuma. Nós estamos



138 aqui para tentar conciliar, fazer um entendimento que seja não para agradar a todo mundo
139 porque nós sabemos que isso é impossível, mas para tentar conciliar os interesses. Nossa
140 tentativa vai sempre ser essa. Não é nem de tratorar nada. Infelizmente esse termo é um
141 termo muito agressivo até da forma como ele fala. Nós respeitamos no ambiente de
142 trabalho não gostaríamos de utilizar termos dessa natureza. Em relação a questão da
143 FETAEMG, o ofício que foi encaminhado consta ao autos do processo, Eduardo, porque a
144 empresa juntou ele aos autos do processo. É um documento que está dentro do processo. A
145 SUPRAM não pegou esse documento e colocou no processo por entender que ele deveria
146 compor o processo. Todos esses documentos foram encaminhados através de protocolos
147 pela empresa que compõem os autos do processo. Enfim, é só um esclarecimento e vamos
148 dar prosseguimento para nós discutirmos. - Francisco - Representante Ministério Público -
149 Eu queira mais dois esclarecimentos. O primeiro. Quem pode convocar a reunião
150 extraordinária e pode partir, salvo engano, da maioria absoluta dos membros do conselho ou
151 do presidente do COPAM? Parece que tem uma terceira hipótese. Essa reunião está sendo
152 realizada por iniciativa de quem? - Paula - SUPRAM ASF - Do secretário. - Não identificou
153 - Presidente do COPAM? - Não identificou - Isso. - Não identificou - Porque presidente do
154 COPAM é o secretário. - Não identificou - O secretário Adjunto. Dr. Danilo. Isso. - Não
155 identificou - Exatamente. Essa reunião então está sendo realizada por convocação do Dr.
156 Danilo? - Não identificou - Por convocação. Isso. - Não identificou - Sub Secretário de
157 Estado de Meio Ambiente. - Não identificou - Isso. Secretário Adjunto. - Não identificou - É
158 secretário Adjunto. - Não identificou - Isso. - Não identificou - Exato. Essa afirmação do
159 próprio Dr. Danilo ontem nessa reunião constou em ata? Mas ele disse isso no microfone
160 assim? - Eduardo - Representante FETAEMG - Ele me falou o seguinte. É. Eu fiz a
161 manifestação nos Assuntos Gerais. - Eduardo - FETAEMG e conselheiro do COPAM. - Eu
162 fiz a manifestação. O ouvidor inclusive estava presente. Expus toda a situação, li esse
163 documento e manifestei a nossa insatisfação com a convocação da reunião extraordinária
164 com várias afirmações que constam do parecer sobre a FETAEMG que não correspondem a
165 verdade e eu vou abordar isso mais a frente. Ao final da manifestação ele presidindo a
166 reunião falou: Eu não tenho conhecimento. Não sabia que ia ter esta reunião e me
167 comprometo a informar sobre essa situação até ao final da nossa reunião. Muito bem. A
168 nossa reunião terminou as 4 e 15 da tarde. Ele virou e falou. Eu ainda não consegui contato
169 com a Paula. Eu falei. Olha, o senhor podia fazer então o favor, porque eu tenho que estar
170 lá, tenho que sair de Belo Horizonte as 6 da manhã. Se o senhor tiver alguma informação,
171 por favor, me ligue e dei o número do meu celular. Como ele não ligou eu vim, mas essa foi
172 a manifestação dele. Uma correção, Dra. Paula. Só aproveitando. O ouvidor ambiental, Dr.
173 Rogério Noce, não era do SISEMA. Ele é do SISEMA. Ele é ouvidor ambiental indicado
174 pelo COPAM. Eu espero que a manifestação de discordância da senhora, a senhora
175 formalize ela junto a ele, porque a questão já está e nós não deixaremos sair do patamar
176 institucional. Quer dizer. Ele me autorizou a ler isso ontem na CNR Ele estava presente.
177 Autorizou-me a ler aqui. Está indo para todas as atas. Também a manifestação da SUPRAM
178 eu tenho certeza que é muito bem vinda, mas no procedimento. - Francisco - Representante
179 Ministério Público - Essa pauta consta o nome do Secretário Adjunto. A SUPRAM tem ela
180 assinada? - Paula - SUPRAM ASF - Ela fica na diretoria de apoio às Unidades Regionais
181 Colegiadas, na DICALC, mas houve toda a publicação no Diário Oficial convocando a
182 reunião. Nós temos esses anexos ao processo. - Francisco - Representante Ministério
183 Público - Todas essas indagações podem parecer preciosismo, mas não são. Na verdade
184 estou querendo resguardar a legitimidade do ato. Porque se a reunião foi convocada
185 extraordinariamente pelo Secretário Adjunto e conforme foi falado aqui e tudo o que é
186 falado nesse microfone vira documento. O que o Eduardo acabou de falar virou documento.
187 As afirmações dele passam a ser documentadas numa ata. Se o próprio Secretário Adjunto



188 diz que não tem conhecimento sinceramente eu não estou conseguindo entender mais nada.
189 - Paula - SUPRAM ASF - Eu reafirmo ao conselho. Eu não tenho autonomia para convocar
190 uma reunião. Eu acho que independente dessa manifestação ou não, se a reunião foi
191 convocada nós podemos apurar isso de forma interna na SEMAD junto ao Ministério
192 Público. Se houve alguma manifestação dele nesse sentido nós apuramos com o Secretário
193 Adjunto, mas a SUPRAM não tem autonomia para fazer uma reunião dessa natureza sem o
194 conhecimento da própria SEMAD. A reunião foi convocada legitimamente cumprindo os
195 requisitos da 177. Não existe ilegalidade para a continuidade da reunião. - Camilo de Lélis
196 André Melo - Representante FEDERAMINAS - Eu acho que se a Paula convocasse uma
197 reunião dessa pelo livre arbítrio dela ela está louca, pode mandar internar. Isso não tem
198 lógica. Agora, eu lamento, como lamentei na última reunião a posição da FETAEMG que
199 este ano nós tivemos outros processos de licenciamento de rede de energias e a FETAEMG
200 não manifestou. Nada, nada, nada hora nenhuma. Está manifestando nesse processo que
201 isso fique bem claro. Porque a linha está passando dentro da propriedade do presidente,
202 diretor da FETAEMG. A razão da FETAEMG estar aqui hoje e estar na outra reunião foi
203 só essa, porque o presidente da FETAEMG não concordou com o valor da indenização
204 proposta pelo escritório que fez a indenização de todo mundo. Outra coisa. Se a
205 FETAEMG, no meu modo de entender, no meu ponto de vista tivesse tão interessada em
206 resguardar os seus associados na reunião passada ela já deveria ter trazido a relação ou
207 trazer nessa. Vai passar em tantas linhas de pequenos agricultores, vai causar dano para
208 esse, para esse, para esse, para esse. No entanto ela faz de modo genérico. Agora, sugiro
209 também ao senhor, doutor, que tão amigo do secretário nas reuniões, liga para ele e
210 pergunta se ele assinou mesmo ou não assinou. Acho que o senhor tem condição de fazer
211 isso agora que com certeza já vai ajudar a esclarecer mais um pouco para nós tomarmos
212 uma posição. Eu sou favorável à posição da Paula. Outro detalhe. Quando fala que 15 dias
213 não vai causar transtorno nenhum. Causa sim. 15 dias nesse tipo de obra causa um
214 transtorno danado. Haja vista que tem uma obra dessa passando na minha propriedade.
215 Começou a chover. Antes ela passava de caminhonete agora ela passa é com trator daqueles
216 de tração nas 4 rodas e o maior que tem. Está causando um transtorno danado. Eu acho que
217 o prazo para início da obra, para trabalhar durante esse período chuvoso realmente é crucial.
218 Já de antemão eu adianto meu voto que sou favorável a concessão da licença. - Francisco -
219 Representante Ministério Público- Lembrando que nós estamos julgando uma licença
220 prévia que não vai autorizar início de obra nenhuma. - Não identificou - Eu acho que
221 nós podemos começar a discutir o processo, não? Seja breve Eduardo, por favor. Para
222 finalizar. - Não identificou - Dr. Camilo. - Não identificou - Por favor identifique
223 Eduardo. - Eduardo - Representante FETAEMG - Dr. Camilo, como eu também sou de
224 entidade eu sei que as entidades são maiores do que as pessoas, por isso eu vou relevar
225 algumas coisas que o senhor falou. Nós temos 18 anos no COPAM. Evidente que nós
226 não estamos aqui por causa que atingiu a propriedade do presidente da FETAEMG.
227 Inclusive quando a empresa esteve, se reuniu com ele, ela propôs que fizesse uma outra
228 proposta quando ele falou que não aceitava a que ela apresentou. Segundo que eu não
229 vou ligar para o secretário não. Primeiro nós temos uma relação institucional. Não sou
230 amigo dele. Segundo não é minha tarefa. E terceiro eu vim informar uma questão. Eu
231 estava na reunião da CNR. Quem falou que não tinha conhecimento foi ele. Não fui eu
232 não. Eu só informei. Está entendendo? Também não faço nenhum juízo negativo do que
233 a Dra. Paula falou. A minha função é essa. É fulano errou, ele equivocou ou ela. A
234 questão é de garantia do procedimento correto. As questões do parecer que nós não
235 concordamos quando nos for dada a palavra nós vamos nos manifestar. - Não
236 identificou - Eu acho que está esclarecido. Nós podemos seguir. - Edélcio Ferreira -



237 Representante FAEMG - Primeiro eu quero emprestar a minha solidariedade a Paula e a
238 equipe da SUPRAM, por quem eu tenho extremo respeito e sei que quando pautam um
239 processo pautam a luz da legalidade. Segundo, em uma reunião passada nossa com a
240 presença do meu amigo Vilson, foi colocado à disponibilidade da FETAEMG por fazer
241 parte do conselho da EMATER de agendar uma reunião para tratar desse assunto. O
242 mais importante de tudo é o seguinte. Nós não estamos discutindo aqui a indenização.
243 Nós estamos discutindo aqui licenciamento ambiental. Aqui não é o fórum proposto
244 para poder avaliar se os critérios para a indenização de áreas estão adequados ou
245 inadequados. Se for isso eu tenho que me preparar de forma diferente. Eu teria que me
246 cercar de outro tipo de parecer. Aqui me parece que é um conselho de política
247 ambiental. Se for um conselho de avaliação de valor de propriedade rural da qual eu
248 tenho muito respeito e quero que todos os proprietários sejam indenizados
249 adequadamente. Em caso de dúvidas inclusive para cima e não para baixo, mas eu acho
250 que esse fórum não é para isso. Nós estamos no fórum errado. - Não identificou - Fica
251 registrado. Vamos seguir. Nós. - Francisco de Assis Braga - Representante ABES - Só
252 um instante, por favor. Gostaria só de esclarecer uma questão. O meio ambiente
253 academicamente falando é dividido em meio físico, biótipo e socioeconômico ou
254 antrópico. O meio físico nós costumamos falar. Ar, solo e água. Meio biótipo. Fauna e
255 flora. Meio antrópico ou sócio econômico. As pessoas atingidas fazem parte. - José
256 Hermano - Representante AMA PANGÉIA - Primeiro também quero prestar
257 solidariedade a equipe da SUPRAM aqui na qual eu confio muito e admiro o trabalho
258 sério que eles fazem. Segundo que acho que sim a questão socioeconômico vem a pauta,
259 mas entendo também que da mesma forma que nós pedimos estudos técnicos viáveis e
260 bem feitos para nós reclamarmos isso também os órgãos que se propõem a ajudar,
261 acredito que a FETAEMG seja um deles tem que trabalhar da mesma forma
262 profissional. Quem são as propriedades, quais são os valores, quais são os casos?
263 Também nós não vamos ter condições. Nós vamos ficar aqui nadando em água sem
264 saber o que estamos fazendo. Quantas propriedades? Quanto que é? A colocação do
265 Camilo foi muito perfeita nesse sentido. Podemos discutir isso? Eu sou o primeiro a
266 defender isso aqui. Aliás, na primeira possibilidade de discussão eu perguntei
267 exatamente isso. Se as pessoas não seria prejudicadas. Preocupei com as pessoas. Agora
268 tem que ser feito de forma profissional. Eu acho que as pessoas serão prejudicadas
269 tirando toda a nossa possibilidade de apoio aqui. - Não identificou - Podemos
270 prosseguir? Vou fazer a leitura aqui. Depois abre a discussão. Vamos seguir o
271 protocolo. **4. Processo Administrativo para exame da Licença Prévia:** - Roberto Soares
272 Nogueira - Representante Comitê de Bacia do Entorno da Represa de Três Marias - Por
273 favor. Tenho uma pequena dúvida aqui. A Paula. A Paula afirmou categoricamente que essa
274 reunião está acontecendo porque houve uma convocação publicada no Minas Gerais. Não é
275 isso? Eu acho que nós ficamos discutindo aqui se a reunião é válida ou não é perda de
276 tempo. Está certo? A partir da publicação é uma coisa oficial da Secretaria de Meio
277 Ambiente. Eu acho que nós devíamos ir para análise do processo. - Não identificou- Vamos
278 fazer. Obrigado Roberto. Item 4 da pauta. **4. Processo Administrativo para exame da**
279 **Licença Prévia: 4.1 ATE XVIII Transmissora de Energia S.A. / LT 500 KV Estreito -**
280 **Itabirito 2 - Linhas de transmissão de energia elétrica - Arcos, Bambuí, Belo Vale,**
281 **Carmópolis de Minas, Cláudio, Desterro de Entre Rios, Ibiraci, Iguatama, Itabirito,**
282 **Itapecerica, Jeceaba, Medeiros, Ouro Preto, Passa Tempo, Pedra do Indaiá, Piedade**
283 **dos Gerais, Piracema, Sacramento, Santo Antônio do Monte, São Roque de Minas, São**
284 **Sebastião do Oeste e Tapira/MG - PA/Nº 34439/2012/001/2013 - Classe 5.**



285 **Apresentação: Supram ASF. RETORNO DE BAIXA EM DILIGÊNCIA.** - Não
286 identificou - Nós vamos discutir o adendo ao parecer único. SUPRAM ASF. 1196952/2014.
287 Responsável técnico Caruso Júnior Estudos Ambientais Engenharia Ltda. O parecer é
288 favorável à concessão na validade de 4 anos. Abrir a discussão. - Silvestre - SUPRAM ASF
289 - O parecer foi baixado em diligência por dois motivos. Por causa da anuência da Prefeitura
290 de Arcos que tinha sido cancelada e por causa do levantamento feito pelos representantes da
291 FETAEMG com relação aos afetados. Tendo em vista que a empresa fez uma readequação
292 do traçado foi emitida a nova declaração da Prefeitura de Arcos. Esse novo traçado foi um
293 cenário mais detalhado onde a empresa pôde fazer o levantamento mais definitivo de onde
294 seriam colocadas as torres. Essa nova alteração teve um pequeno rearranjo com relação às
295 tipologias suprimidas, em relação à supressão de Mata Atlântica houve um acréscimo e a
296 propriedade que a empresa propôs em adendos em reuniões passadas comporta esse
297 acréscimo para a tipologia Mata Atlântica. Com relação a campos rupestres que foram
298 afetados vão ter um pequeno acréscimo e a empresa já propôs readequar esse pequeno
299 acréscimo na mesma propriedade que nós visitamos que foi aprovado para a compensação
300 de campo rupestre. Com relação ao adendo da FETAEMG eu acho que já foi falado aqui.
301 Nós podemos dar prosseguimento. - Paula - SUPRAM ASF - Complementando a resposta
302 do Silvestre. Em relação à questão do estudo de desapropriação o que ficou acordado, o que
303 foi discutido lembrando as discussões é sobre a aprovação por parte da equipe da
304 SUPRAM de uma metodologia de análise. A proposta da contratação de uma empresa
305 pública que no caso de Minas Gerais é a mais indicada e acordado pelo conselho, pela
306 própria FETAEMG e pela empresa seria a EMATER. A empresa ATE XVIII procurou a
307 EMATER, as reuniões foram realizadas como consta no parecer. Entretanto não foi gerada
308 nenhuma ata de reunião. A EMATER pediu um prazo de 20 dias para poder se manifestar a
309 respeito do processo. A empresa, diante dessa não manifestação apresentou a SUPRAM
310 uma outra proposta que foi a proposta que nós colocamos no parecer de contratação de uma
311 segunda empresa. Uma empresa daqui de Minas Gerais para poder fazer uma segunda
312 reavaliação dos imóveis para que os proprietários que queiram fazer, que tenham algum
313 interesse, que tenham algum pedido de reavaliação da avaliação que já foi feita. Cumprindo
314 a metodologia correta, cumprindo a metodologia que hoje nós temos como metodologia
315 básica para avaliação de terras. Por isso nós trouxemos o processo para a pauta. A equipe
316 tanto a Vilma quanto a Eugênia estão de férias. Nós estamos aqui trazendo uma, a decisão
317 delas. Explicando a decisão da equipe interdisciplinar, mas é nesse sentido. Reafirmando
318 que diante dessa não manifestação e também da urgência do empreendimento nós
319 reafirmamos a nossa posição de já, que essa metodologia é a metodologia que atualmente é
320 utilizada. Nós estamos em fase de LP. A SUPRAM entende que no caso de uma não
321 manifestação da EMATER isso poderia ficar como uma condicionante. Ele poderia
322 contratar essa empresa de Minas Gerais. Nossa posição é essa em relação ao processo.
323 Reafirmamos novamente que a metodologia já foi aprovada pela equipe da SUPRAM. -
324 Francisco - Representante Ministério Público - Por pontos. Primeiro ponto é alteração do
325 traçado no município de Arcos que motivou inclusive a expedição de uma anuência. Uma
326 declaração de conformidade. Eu queria entender melhor essa alteração de traçado. Tem
327 alguma apresentação que possa ser feita para que nós percebamos exatamente qual alteração
328 foi essa, quais as repercussões, enfim? - Não identificou - A empresa tem alguma
329 apresentação? SUPRAM? Empresa? - Não identificou - Senhor presidente, o senhor
330 permite? Vou completar a solicitação. - Não identificou - Por favor, Francisco. - Não
331 identificou - Dr. Francisco. Exatamente nesse sentido. O parecer, o adendo não traz
332 nenhuma informação técnica adicional em relação a essa área. Uma pergunta. Qual a
333 extensão da área direta ou indiretamente afetada com a mudança do traçado? Eu enquanto
334 conselheiro não sei. Não tive essa informação. Não tenho segurança para poder votar em



335 cima do adendo, do parecer que foi apresentado. Há um mapa ou imagem mostrando o local
336 da alteração? Foram atingidas novas propriedades? Os seus proprietários foram
337 comunicados, consultados? Foram cientes? Houve levantamento florístico de fauna no novo
338 local? Foram atingidos biomas legalmente protegidos? Foram identificados espécies de
339 flora e fauna em extinção? Gostaria dessas respostas. - Cristiane - Representante da
340 empresas - Todas as alterações foram comunicadas e indicadas, sinalizadas a SUPRAM por
341 meio de imagens. Nós não trouxemos uma apresentação, mas imprimimos o mapa da
342 alteração. Essa alteração foi proposta, foi estudada juntamente com o pessoal da própria
343 Prefeitura de Arcos com o objetivo deles verem a área de influência do aeródromo. Existe
344 um. Tem um projeto futuro e também da área de expansão urbana. Eu posso passar a
345 imagem para vocês. Nós trouxemos duas imagens impressas. O contexto geral da linha
346 mostrando no município de Arcos qual que é a alteração. É. O roxinho indicado aqui nessa
347 imagem é o antigo. O proposto no cenário 3 que consta no parecer. Aqui tem uma imagem
348 numa folha A3 mostrando em mais detalhes qual foi e qual vai ser essa alteração. Não foi.
349 Essa alteração ainda está dentro da área de influência que foi estudada na ocasião do EIA.
350 Foi feito um estudo quantitativo com base no aviamento do uso do solo para verificar qual a
351 interferência disso nos quantitativos de supressão. Pelo parecer vocês podem ver a
352 influência da alteração considerando o cenário 3 que seria o roxo que está passando que nós
353 analisamos na última reunião que o empreendimento teve em pauta e analisando o novo
354 traçado. O quantitativo de supressão considerando esses dois traçados já com a informação
355 mais atual que nós temos da engenharia não foi na ordem de 1 hectare no contexto geral e
356 0,3 hectares aproximadamente em fisionomias protegidas. Sejam elas do bioma Mata
357 Atlântica especificamente ou fisionomias de Mata Atlântica que estão no cerrado. Essa
358 região de Arcos pelo mapa do IBGE dos biomas ela pega bem a divisa. Qualquer alteração
359 ali implica tanto em alteração na área de cerrado como em área de Mata Atlântica. Não
360 foram feitos novos levantamentos de fauna específicos para a região, porque essa região já
361 tinha sido abrangida no EIA. Eu novamente reforço que ela está dentro da área estudada já
362 no EIA. Essa região também abriga espécies ameaçadas da fauna, da flora. Como Gonçalo
363 Alves e Ipês existem nessa região. Qualquer alteração pode ter mínimas, pode ter
364 interferências nessas espécies. Eu venho reforçar novamente que os programas propostos
365 abrangem e contemplam essa situação. Antes dessas interferências essas espécies serão
366 monitoradas e poderão ser compensadas. Não sei se respondi a todas as questões. - Não
367 identificou - Pode falar então. Eu acho que complementando ao que o Francisco falou que
368 houve um estudo quantitativo da área de alteração. - Não identificou- Sim. - Não
369 identificou- Primeiro trabalho. - Cristiane - Representante da empresa - É o. O quantitativo
370 foi feito especificamente nessa área. O quantitativo de supressão das fisionomias. Novos
371 estudos de fauna e flora específicos, novas parcelas não foram instaladas visto que essa área
372 já havia sido contemplada no estudo apresentado no EIA RIMA. - Francisco de Assis Braga
373 - Representante ABES - Em relação a outras propriedades. O traçado afetou outra
374 propriedade? Mudou? Outros proprietários foram atingidos? Foram comunicados? -
375 Alexandre - Representante da empresa - Foram comunicados todos os proprietários que essa
376 nova variante atingiu. Foram cadastrados também. Nós estamos em torno de 25
377 proprietários. Só no desvio. - Não identificou - Isso? Adicionou mais 25 propriedades, é
378 isso que eu entendi? - Não identificou - Não adiciona. Ela deixa de atingir no traçado
379 original, porque houve uma mudança no traçado. O traçado original eu acho que atingia até
380 mais propriedades e houve uma diminuição de propriedades. - Não identificou - Redução.
381 Perfeito. - Não identificou - Redução. - Francisco de Assis Braga - Representante ABES -
382 Não há um diagnóstico preciso de possíveis espécies que possam ser atingidas caso haja a
383 implantação do empreendimento? Sabe-se um diagnóstico prévio que existem as espécies,
384 mas não há um levantamento detalhado identificando quantitativamente essa possibilidade.



385 - Paula - SUPRAM ASF - Professor Francisco, na tabela 1 houve o levantamento específico
386 de cada fitofisionomia e do acréscimo dela comparando todos os cenários estudados pelo
387 empreendimento. Como a Cristiane explicou. Houve o levantamento específico das espécies
388 nessa região. Não houve para o desvio do traçado não houve o lançamento de novas
389 parcelas e nem estudos de fauna, porque isso já está contemplado no estudo de impacto
390 ambiental. Só acrescentando. A equipe da SUPRAM não fez uma nova vistoria em campo,
391 porque nós já havíamos vistoriado a área toda. Por isso não foi necessária a realização de
392 uma nova vistoria. Com o detalhamento que eles trouxeram em mapa nós já conseguimos
393 aferir os locais porque nós já havíamos feito a vistoria e não mudou o corredor preferencial.
394 está dentro do eixo do corredor preferencial que havia sido estudado pela equipe
395 anteriormente. - Francisco de Assis Braga - Representante ABES - Só uma curiosidade.
396 Essa alteração de traçado, todo esse contato com os proprietários aconteceu em quanto
397 tempo? Qual o prazo? 30 dias? Porque na reunião passada nós não havíamos a definição da
398 Prefeitura de Arcos. Não havia ainda a possibilidade na reunião anterior há 60 dias atrás. -
399 Paula - SUPRAM ASF - A empresa pode até responder com mais precisão, mas nós temos
400 contato com a Prefeitura de Arcos desde a reunião retrasada. Quando nós publicamos o
401 primeiro parecer o senhor João Bosco que fez uma manifestação na reunião retrasada. Não
402 sei se o senhor tem recordação dele. Desde aquela época a Prefeitura de Arcos já estava em
403 contato com a SUPRAM para poder, para que nós avaliássemos junto com a empresa uma
404 nova alternativa de traçado. Pelo menos o que a SUPRAM está envolvida em torno de 60,
405 70 dias. - Alexandre - Representante da empresa - Com a Prefeitura nós fizemos o primeiro
406 contato dia 31/10 e tivemos a certidão no dia 06/11. Desde então concentramos esforços de
407 toda a equipe fundiária em fazer o levantamento e o cadastramento dos proprietários. -
408 Cristiane - Representante da empresa - Reforçando, então, que não foram feitos novos
409 estudos especificamente para a área do desvio porque essa área não contempla fisionomias
410 diferentes daquelas que já haviam sido estudadas. Pela análise da imagem e conhecimento
411 de campo também essa nova área inclusive intercepta fragmentos menos conservados. São
412 fragmentos mais isolados, mais fragmentados realmente do que aqueles já estudados na
413 variante anterior. Como nós já tínhamos o conhecimento da região, já tinha sido abrangida
414 essa região não houve a necessidade de fazer novos estudos. Também só lembrando que na
415 próxima fase será feito esse, será feito o detalhamento maior dessa área também. -
416 Francisco de Assis Braga - Representante ABES - Continuando. Em relação a caverna. Lá é
417 uma área cárstica. Foi observado isso? Ocorrência de cavidades, cavernas, sítio
418 arqueológico? - Silvestre - SUPRAM ASF - Esse fragmento. A linha de transmissão passa
419 entre Arcos e Japaraíba. Nessa região de Arcos em sentido a Japaraíba começa a ter
420 ocorrência de metapelitos que quase não tem afloramento rochoso no local. A medida que
421 vai caminhando para Lagoa da Prata os afloramentos rochosos vão diminuindo. Essa região
422 não tem afloramento rochoso. Nós fizemos vistoria nos dois traçados anteriores. Esse
423 traçado é um pouco mais para o sentido de Japaraíba. Os fragmentos florestais ali nos dois
424 primeiros traçados quando nós caminhamos para sentido Lagoa da Prata é bem
425 característico. Plantação de eucaliptos com fragmentos florestais com bastante sucupira
426 branca na região. Tem alguns Gonçalo Alves. Nós observamos. Ipê. Alguns fragmentos de
427 cerradão na região. É uma parte de pastagem com resíduos isolados na região ali. A
428 variação não muda muito de um para o outro não. - Francisco de Assis Braga -
429 Representante ABES - Agradeço pelas informações. Gostaria de ressaltar que eu posso
430 fazer as perguntas que eu quiser no sentido de esclarecer a equipe técnica. No sentido de me
431 esclarecer e me dar subsídios para que eu possa votar conscientemente. Posso fazer a
432 pergunta que eu quiser. Gastar o tempo necessário até que eu me sinta seguro para poder
433 votar. Essa é a minha posição. - Paula - SUPRAM ASF - Só complementando, Patrick. Em
434 relação aos sítios arqueológicos que o professor também perguntou. O estudo arqueológico



435 foi feito em todo o corredor preferencial. Consta também no processo a anuência do IPHAN
436 já aprovando a fase para a fase de licença prévia. O empreendedor realizou o estudo e nessa
437 área em si não há presença de nenhum sítio. - Francisco - Representante Ministério Público
438 - Em relação a esse corredor preferencial eu também tenho algumas indagações. A primeira
439 delas é como foi ponderada pela senhora. Nós estamos falando de uma área limítrofe de
440 biomas, portanto já é praxe inclusive de forma elogiável da SUPRAM tratar essa questão de
441 forma mais conservadora e considerar a área como de Mata Atlântica, porque incidem
442 normas mais protetivas. Foi mencionado que existem espécies endêmicas ou ameaçadas de
443 extinção da flora. Eu queria saber primeiramente. O confronto disso com o artigo 11 da Lei
444 da Mata Atlântica que veda supressão de Mata Atlântica nos casos em que houver espécies
445 da flora e da fauna ameaçadas de extinção. Se esse artigo 11 já foi analisado e contemplou
446 essa área nova. Segunda questão. Ainda em relação a esse corredor preferencial. O IPHAN
447 teve conhecimento dessa alteração de traçado? Porque ele deu uma anuência com base em
448 um projeto que foi anteriormente proposto. Esse projeto foi alterado. Minimamente ou
449 enfim. Ele foi alterado. Não deveria haver uma comunicação ao IPHAN para que ele se
450 manifestasse novamente em relação a isso? Questão dos estudos espeleológicos de
451 relevância e de eventual redução de raio de cada cavidade. Será que isso também não
452 precisava ser reavaliado? Qual tipo de corredor preferencial é esse em que admite-se essa
453 flexibilidade? Isso que eu não consegui compreender ainda. Eu enquanto me colocando na
454 posição do IPHAN eu diria: Olha, eu expedí uma anuência com base no projeto que me foi
455 apresentado. Esse projeto mudou. No mínimo eu tenho que ser noticiado a respeito disso
456 para que eu possa falar. Não. O corredor preferencial realmente contemplou essa área e essa
457 mudança de traçado. Eu estou falando de órgãos externos. Órgãos que não fazem parte do
458 SISEMA. IPHAN e talvez tenha algum outro que esteja nessa mesma situação. Não estou
459 dizendo que essa área não está dentro do corredor e que, portanto, em relação a ela já houve
460 estudos. Não estou dizendo isso, mas eu acho que o IPHAN teria que ser pelo menos
461 noticiado do novo traçado para que ele possa ratificar aquela anuência ou para que ele possa
462 dizer: Não, eu preciso dar mais uma olhada. Porque nessa propriedade eu tenho notícia de
463 sítios arqueológicos. Somente esse órgão para dizer isso. Eu não sei se não está havendo
464 talvez uma usurpação nossa. Usurpação no melhor sentido da palavra. Uma usurpação
465 nossa em relação à competência de um outro órgão que não faz parte do SISEMA. Repito.
466 Não estou adentrando ao mérito. Não estou dizendo que o IPHAN vai falar isso ou aquilo
467 em relação a esse corredor preferencial. Ele pode dizer. Não, esta área está estudada. Agora
468 ele precisa ser noticiado, porque ele deu uma anuência com base num projeto pré-concebido
469 e esse projeto foi alterado nos últimos dias em relação a esse novo projeto que nós estamos
470 fazendo esse julgamento. Essa alteração ainda que mínima é uma alteração. Eu
471 particularmente acho que estudos novos deveriam ser feitos contemplando especificamente
472 a área alterada. Porque como que nós vamos falar com absoluta certeza que numa nova
473 propriedade não existe sítio arqueológico, por exemplo? É só a partir de uma vistoria.
474 Quando a SUPRAM vai fazer vistoria eu confio plenamente no que é relatado no parecer.
475 Como que nós vamos falar que eventualmente naquele traçado a probabilidade é pequena
476 disso acontecer? Tecnicamente não sei, mas eu acredito que seja. Mais uma possibilidade
477 pequena é uma possibilidade. Está aí o Clube Atlético Mineiro para mostrar que
478 possibilidades pequenas viram sonhos realizáveis. Desculpe os parênteses. Eu nunca fiz
479 isso, mas hoje eu não podia perder a oportunidade. Eu estou inseguro. Estou inseguro em
480 relação a esse julgamento, porque eu acho que algumas questões precisariam ser
481 equacionadas para que o processo chegue de fato maduro. Eu entendi a questão do corredor
482 preferencial. As ponderações iniciais que foram feitas e etc., mas eu acho que outros órgãos
483 precisam se manifestar. Ou pelo menos, pelo menos serem noticiados a respeito disso. Não
484 só em relação a bens culturais e isso é atribuição do IPHAN, mas também em relação às



485 demais questões. Meio biótico e tudo mais. Para depois nós passarmos para o sócio
486 econômico numa segunda questão. Não sei se os senhores conselheiros conseguiram
487 compreender o que eu estou dizendo, mas acho que isso já seria suficiente para que eu pelo
488 menos tenha caracterizado a minha insegurança de votar. A palavra é essa. Insegurança. -
489 Paula - SUPRAM ASF - Só para poder relatar. Tentar responder ao professor Francisco em
490 relação ao corredor preferencial e a anuência que foi entregue do IPHAN. A anuência é para
491 o corredor e é uma fase ainda que se concilia com a fase de licença prévia. Até que a linha
492 seja definitivamente definida não existe ainda uma definição exata do traçado. Nós
493 trabalhamos dentro desse corredor preferencial para poder adequar ao traçado às condições
494 ambientais também. O desvio de traçado que foi feito, Dr. Francisco, foi feito do eixo
495 central da linha. É como se eu pegasse a linha em si e trocasse ela para dentro do corredor
496 preferencial. A anuência do IPHAN que foi apresentada foi para esse corredor. Eu
497 considero dependendo da linha eu não tenho lembrança dessa linha qual é o eixo do
498 corredor preferencial, mas nós trabalhamos com o limite de alguns quilômetros de corredor
499 de largura mesmo desse corredor preferencial para que os estudos, esses estudos, os
500 levantamentos de cavidades, o levantamento do IPHAN seja feito e nós tenhamos essa
501 flexibilidade dentro do processo de licenciamento para adequar o traçado conforme as
502 condições ambientais ou sociais, porque nesse caso foi uma condição social que imputou
503 nessa mudança de traçado. Foi um pedido de um proprietário que tinha um projeto somado
504 a um projeto público do município que fez a mudança, que acarretou numa mudança de
505 traçado. Não sei se fui clara na minha explicação, mas todo projeto de linha de transmissão
506 é feito dessa forma. Esses estudos tanto o estudo de impacto ambiental, o levantamento
507 florístico, o estudo de fauna nós fazemos nesse corredor para não ter problemas nessas
508 pequenas adequações do eixo principal da linha. Em relação ao artigo 11. A empresa já
509 apresentou também um laudo técnico descaracterizando todos os artigos, todos os
510 parágrafos do artigo 11 também contemplando o corredor. Se nós remetermos. Eu posso até
511 passar a palavra para a Cristiane de novo que voltou a campo para que ela garanta com, para
512 que ela como responsável técnica faça essa garantia, mas nós já temos o estudo do
513 empreendedor com a ART garantindo que essas, que a supressão dessas espécies, na
514 verdade o artigo 11 fala que a supressão das espécies ameaçadas, protegidas e imunes de
515 cortes ameaçadas de extinção não pode ser feita desde que você comprometa a
516 sobrevivência dessas espécies. O que o empreendedor garante para nós é que a supressão
517 dessas espécies que são ameaçadas dentro desse corredor não coloque em risco a existência
518 da espécie. - Alexandre - Representante FIEMG - Paula, o desvio foi de 2,4 km. Qual seria
519 o raio desse corredor preferencial? Isso, porque tem uma área diretamente afetada que deve
520 ser de alguns quilômetros maior do que esses 2,4. - Não identificou - Acredito que a
521 empresa pode responder, não? Talvez. - Cristiane - Representante da empresa - Primeiro só
522 ratificando a questão do artigo 11. Ele veda quando realmente colocar em risco a
523 sobrevivência da espécie. Não o simples fato de existir uma espécie ameaçada de extinção
524 ali não veda, mas sim se ocorrer apenas naquele lugar e a supressão for colocar em risco a
525 sobrevivência da espécie. Nós vemos que isso não vai acontecer lá com toda a certeza
526 porque as espécies que acontecem ali ocorrem na região como um todo. Com relação ao
527 IPHAN. O corredor preferencial que tem uma largura total de 5 km. 2,5 para cada lado do
528 eixo. O IPHAN se pronuncia favorável a esse corredor. É importante falar também que no
529 momento que forem definidos fechar esse traçado, forem definidas as localizações das
530 torres, existe uma fase de prospecção em cada, na área de cada uma das torres. Essa área é
531 estudada especificamente no local de cada torre e caso seja encontrada alguma coisa isso
532 também é estudado com mais afinco também. O corredor já está. Já foi aprovado pelo
533 IPHAN. - Francisco - Representante Ministério Público - Aproveitando mais uma dúvida.
534 Primeiro assim. De fato eu gostaria de ver no mapa ou se tiver a possibilidade de me



535 mostrar esse corredor. Segunda questão. Quantos hectares de Mata Atlântica tem previsão
536 de serem suprimidas em todas as fitofisionomias? Quantos hectares? Todo o
537 empreendimento. - Fernanda - SUPRAM ASF - De acordo com o parecer são 84,77
538 hectares de bioma Mata Atlântica. Tem a supressão no bioma cerrado de fitofisionomia de
539 floresta semidecidual, mas no parecer não está constando certinho qual. - Paula - SUPRAM
540 ASF - 10,33 hectares de fitofisionomia de Mata Atlântica dentro do cerrado, mais 84,77
541 hectares dentro do bioma Mata Atlântica. A compensação nós. Isso tudo contando com os
542 campos. Inclusive. - Camilo de Lélis André Melo - Representante FEDERAMINAS - Essa
543 Mata Atlântica é toda preservada ou já é uma grande parte de pasto? - Paula - SUPRAM
544 ASF - Isso é só de supressão. As áreas em si da nossa região já estão bastante fragmentadas,
545 mas isso é referente ao maciço florestal a ser suprimido. - Não identificou - Desculpe,
546 Paula. Só uma correção. Esse valor de 84 com 77 está incluindo toda e qualquer tipo de
547 fisionomia nativa no bioma Mata Atlântica. Campos limpos, campos sujos já estão
548 incluídos também nesse total. A questão. O que deverá ser compensado, ou seja, todas as
549 fisionomias de Mata Atlântica tanto em cerrado quanto no próprio bioma Mata Atlântica
550 que equivalem apenas ao estágio médio e avançado de florestas secundárias. Floresta
551 primária nós encontramos no corredor do estudo. Deverá ser compensado num total de 89,4
552 que já corresponde ao dobro do que vai ser suprimido. Essa área total de compensação que
553 já existe uma proposta de uma área que já foi avaliada pela SUPRAM. Já foi aceita. Esses
554 89 é o dobro do que vai ser suprimido. Com relação ao campo rupestre de altitude também
555 vai ser 7,62 hectares e a área de compensação vão ser 16 hectares. Também já foi avaliado
556 pela SUPRAM. - Francisco - Representante Ministério Público - Desse total a senhora
557 saberia me especificar quantos hectares em área rural, quantos hectares em área urbana e se
558 nesse novo traçado, ou seja, o que houve de acréscimo agora. O que tem de diferente em
559 relação ao traçado anterior quantos hectares de Mata Atlântica serão suprimidas na área
560 urbana do município de Arcos? Tem anuência do IBAMA? Nos termos do artigo 19 do
561 Decreto 6660? - Fernanda - SUPRAM ASF - Se não me engano a supressão que gera
562 anuência no IBAMA é inferior a 50 hectares. A anuência do IBAMA é a partir de 50
563 hectares. - Não identificou - Sim. - Não identificou - Não tem. - Não identificou - Mas eles
564 falaram que tem 80. - Não identificou - Não. De compensação. - Não identificou - Ah
565 de compensação. - Não identificou - Isso. - Não identificou - De supressão de Mata
566 Atlântica são quantos hectares? No total? - Não identificou - Conforme consta no
567 parecer 34,37 se encontra em estágio médio e avançado. Precisa de compensação, mais
568 10,33 então dá 44,5. 10,33 mais 34,37. Não atinge os 50 hectares. - Francisco -
569 Representante Ministério Público - A anuência do IBAMA é necessária nos casos de 50
570 hectares por empreendimento isolado ou cumulativamente ou 3 hectares por
571 empreendimento isolado ou cumulativamente quando localizado em área urbana ou
572 região metropolitana. Eu estou dizendo isso porque nós estamos. Região metropolitana
573 pega porque pega a Serra da Moeda. É região metropolitana de Belo Horizonte. Se tiver
574 3 hectares de supressão de Mata Atlântica naquela região precisa da anuência do
575 IBAMA. - Paula - SUPRAM ASF - Francisco, é verdade a análise que foi feita foi dos
576 50 hectares sim. O empreendimento é todo em área rural. Essa área rural da Serra da
577 Moeda passa, ela é da região metropolitana, mas a análise foi feita foi realmente se o
578 empreendimento passaria em centros urbanos. Como é um empreendimento
579 determinantemente rural, nós avaliamos o traçado pelos 50 hectares. Desses 7,72
580 hectares que é a supressão de campo rupestre, campo de altitude eu não consigo nesse
581 momento precisar se essa supressão vai ser toda feita na Serra da Moeda. Dentro do
582 limite da região metropolitana de Belo Horizonte. - Francisco - Representante
583 Ministério Público - Nós temos que ter essa precisão. Se vai haver supressão de Mata



584 Atlântica maior que 3 hectares em região metropolitana ou área urbana para ver se
585 existe ou não a necessidade de anuência do IBAMA, porque se houver a necessidade de
586 anuência do IBAMA falta documento essencial. Eu só me atentei para isso porque
587 houve essa alteração de traçado dentro do município de Arcos e eu quis saber
588 justamente quantos hectares teriam sido acrescidos dentro do município de Arcos. Foi
589 por isso que eu resgatei o artigo 19 do Decreto. Eu vi área urbana ou região
590 metropolitana. Realmente região metropolitana. Até onde eu sei aquela área da Serra da
591 Moeda é região metropolitana de Belo Horizonte. Brumadinho. Moeda. Itabirito. - Não
592 identificou - A empresa consegue responder? Ajudar a trazer essa? - Francisco -
593 Representante Ministério Público- Também não estou dizendo que precisa da anuência
594 do IBAMA, mas eu preciso da informação para ver se enquadra na hipótese ou não. -
595 Cristiane - Representante da empresa - Como o quantitativo é próximo dos 50 hectares
596 ficava até antes mesmo já girava em torno de 40 nós fizemos o contato com o IBAMA
597 verificando se nós poderíamos já nessa fase para antecipar e solicitar alguma
598 manifestação deles ou apresentar os dados do EIA para nós já nos anteciparmos mesmo
599 caso com alguma alteração esse valor fosse aproximar mais dos 50 ou até passar. O
600 técnico do IBAMA não me recordo o nome agora que já faz um tempo que eu fiz o
601 contato com ele. Eles me falaram que sem a localização precisa das áreas que sofreriam
602 efetivamente a intervenção eles não teriam o que analisar ou como se manifestar com
603 relação a isso. Quando fôssemos solicitar a efetiva supressão dessa área
604 encaminhássemos juntamente. Quando fôssemos encaminhar esse documento para a
605 SUPRAM que encaminhássemos também o pedido de supressão para anuência deles e
606 eles conseguiriam, poderiam se manifestar com maior embasamento. Tendo as áreas
607 que seriam realmente suprimidas. Esse foi o retorno que eu tive do IBAMA com relação
608 a essa anuência deles. - Camilo de Lélis André Melo - Representante FEDERAMINAS
609 - Quer dizer que esse traçado que está sendo apresentado agora para nós pode modificar
610 no andamento da demarcação? - Não identificou - Não. Esse. Ele. Esse traçado de Arcos
611 não vai alterar na demarcação. Depois, se aprovado na LP esse traçado, esse novo
612 traçado vai modificar a área da torre. Um pouquinho para cá dependendo, porque agora
613 não foi feito o levantamento topográfico nessa área. No restante nós já temos a
614 localização mais precisa dessas torres. Nessa variante de Arcos não. A localização das
615 torres pode ter alguma, pode ter algum ajuste. Esse ajuste nós vamos ter conhecimento
616 antes da solicitação da autorização da intervenção ambiental que é apresentada a
617 solicitação juntamente com o pedido de LI. Isso pode gerar. Esse quantitativo pode ter
618 algum ajuste, mas variando a área não vai pegar mais fresta porque tem locais de
619 campo. Então não teria porque locar a torre numa área mais florestada. - Francisco -
620 Representante Ministério Público - É isso. A dúvida para mim permanece. - Não
621 identificou - A dúvida é a seguinte. Se a anuência do IBAMA é pré-requisito para LP.
622 No caso de intervenção em área urbana. - Não identificou - Ou região metropolitana. -
623 Não identificou - Região metropolitana. - Não identificou - A dúvida é essa. A
624 necessidade de uma anuência do IBAMA nesse caso. - Não identificou - Se é pré-
625 requisito, não é isso? - Não identificou - Não. O que é para LP eu acredito que. Acredito
626 não. Tenho certeza que é, porque se o IBAMA não der a anuência não tem
627 empreendimento naquele local. - Não identificou- Viabilidade. - Não identificou - Pode
628 ter em outro, mas naquele local não tem. Que é para LP é. - Não identificou - A empresa
629 quer manifestar, por favor? - Luciano Junqueira - Representante da empresa - Bom dia.
630 Eu queria completar dois esclarecimentos. Primeiro do IPHAN. O IPHAN depois que
631 ele dá a autorização do corredor ele publica um edital onde ele credencia a empresa que



632 vai fazer a prospecção arqueológica. Essa prospecção é feita em toda a torre depois que
633 está locada. Antes de começar a locação a empresa faz a prospecção se existe ou não
634 existe o sítio arqueológico. Existindo o sítio arqueológico, existem duas opções. Ou tem
635 que mudar a torre, onde eu faço o resgate do sítio arqueológico para o qual eu tenho que
636 depois ter a anuência de uma universidade ou de um museu que possa receber o que foi
637 resgatado. O mesmo procedimento ocorre quando eu estou abrindo a faixa de servidão
638 ao longo do eixo da linha. Eu tenho que prospectar todo aquele eixo para saber se existe
639 sítio para abrir a estrada. Quando eu uso acessos existentes eu não sou obrigado a fazer
640 isso. Só mesmo na área da torre. Com relação a parte do IPHAN, ele dá o corredor, mas
641 não é uma licença que pode passar não. Eu tenho que fazer a prospecção individual.
642 Com relação a supressão de vegetação eu estou entendendo que para junto da LI nós
643 vamos receber uma autorização de supressão de vegetação quando então todos esses
644 biomas, todas as áreas atingidas e realmente que for necessária a supressão virá
645 discriminado com a exatidão inclusive do que o senhor está solicitando se é área
646 metropolitana ou não. Eu acho que isso é muito mais para LI não seria? - Francisco -
647 Representante Ministério Público - Entendo a posição do senhor, mas a anuência do
648 IBAMA é um requisito para LP. Repetindo. Pelo simples fato de que se o IBAMA
649 eventualmente não der a anuência o empreendimento não pode estar concebido para
650 aquele local. Nós vamos atestar a viabilidade do empreendimento que pode não existir
651 naquele local. - Paula - SUPRAM ASF - Eu até pedi a Adrimara para conferir qual é a
652 região metropolitana de Belo Horizonte, porque ela não passa em Moeda. A linha não
653 passa em Moeda. Pelo traçado ela pega a zona de amortecimento da Serra da Moeda,
654 mas ela está passando bem no limite sul do município. Ela pega Belo Vale, Itabirito e
655 Ouro Preto. Itabirito e Ouro Preto eu tenho certeza que não pertencem a região
656 metropolitana. Fica na dúvida a questão de Rio Manso. Rio Manso também não pega.
657 Belo Vale, Jeceaba, Belo Vale. Jeceaba e Belo Vale que nós temos que avaliar. Eu já
658 estou olhando, nós já estamos olhando Patrick. Se der um tempinho só para nós
659 conseguirmos verificar qual é a região metropolitana. Pelo traçado do empreendimento
660 parece que não está, mas só para atestar a informação do Dr. Francisco. - Francisco -
661 Representante Ministério Público - Sem prejuízo disso. Nós temos a questão da região
662 metropolitana ou em área urbana também. Não passa em área urbana? - Paula -
663 SUPRAM ASF - Como eu falei anteriormente. O empreendimento é eminentemente
664 rural. Ele não está pegando em área urbana. É só a conferência mesmo da região
665 metropolitana. - Não identificou - Passa em Belo Vale. Eu estou olhando aqui no
666 Wikipédia. A informação que eu tive aqui agora, Belo Vale está na região
667 metropolitana. Foi a primeira que eu vi aqui, mas pode ter outras. Itabirito está na região
668 metropolitana sim. Vi no Wikipédia. É. Eu também achei. Dá uma olhadinha para nós. -
669 Paula - SUPRAM ASF - Posso continuar, presidente? Segundo o site da Prefeitura
670 Municipal de Belo Horizonte que a região metropolitana é formada atualmente por 34
671 municípios. Eu vou colocar, vou ler os municípios para não ter dúvida. Betim, Caeté,
672 Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das
673 Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano. Em 89 a Constituição Estadual
674 incorporou Brumadinho, Esmeraldas, Igarapé e Mateus Leme. Ao longo da Década de
675 90 outras cidades passam a fazer parte da região. Juatuba, São José da Lapa, Florestal,
676 Rio Manso, Confins, Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Sarzedo, Baldim, Capim
677 Branco, Jaboticatuba, Taquara Sul de Minas, Itaguara, Matozinhos, Nova União e
678 Itatiaiuçu. A linha não está na região metropolitana segundo informações do site da
679 Prefeitura. Aqui Dr. Francisco. De toda forma só para resguardar até o próprio conselho.



680 Apesar de existir a informação nós podemos pedir ao empreendedor para fazer uma
681 consulta ao IBAMA também. Apesar de o empreendimento estar todo instalado em
682 zona rural. Nós fazemos uma consulta formal ao IBAMA questionando sobre essa
683 situação para a concessão da autorização para supressão de vegetação. Só vai ser dada
684 quando da concessão da licença de instalação. - Não identificou- Mais algum assunto
685 Francisco? - Francisco - Representante Ministério Público - Agora é a segunda questão.
686 - Não identificou - Superada essa primeira fase do traçado quanto à supressão, a
687 intervenção? A questão biológica? - Não identificou - Superada a discussão. - Não
688 identificou- Isso. - Não identificou - A discussão foi superada. - Não identificou- Nós
689 estamos tratando. Perfeito. - Francisco - Representante Ministério Público - Porque eu
690 também permaneço com algumas dúvidas. Em relação à questão do IPHAN, por
691 exemplo, eu entendi, mas acho que o IPHAN tem que ser pelo menos noticiado disso.
692 Falando só de riscos de lesão ao patrimônio cultural não, mas ele precisa ser noticiado
693 porque ele deu uma anuência. Agora a questão socioeconômica. Na última reunião,
694 conselheiro Edécio, eu lembro até que o senhor mencionou se oficialmente o conselho
695 havia baixado em diligência o processo e havia deliberado no sentido de que o processo
696 não deveria retornar até que essa questão socioeconômica e fundiária estivesse
697 resolvida. O adendo que foi elaborado e que está hoje sob julgamento, deixou claro que
698 esse foi um dos motivos da baixa em diligência. Na oportunidade o que ficou, salvo
699 engano, deliberado foi de que o conselho gostaria de que os parâmetros ou deliberou no
700 sentido de que os parâmetros de negociação fossem democráticos e coletivamente
701 estabelecidos. Nós não estamos falando repito de negociação individual ou de exigência
702 de que todos os proprietários estejam devidamente indenizados. Embora esse seja um
703 posicionamento inclusive particular meu, mas nós estamos falando da definição de
704 parâmetros coletivos. O conselho entendeu, salvo engano, eu estou falando aqui do
705 conselho, mas qualquer conselheiro por gentileza tem a liberdade de me interromper se
706 não é isso. Se não for isso. O conselho adotou como um parâmetro coletivo e
707 democrático uma manifestação da EMATER que seria segundo o ponto de vista
708 também encampado uma instituição imparcial etc. Essa instituição inclusive foi aceita
709 tanto por representantes da FETAEMG quanto por representantes do empreendedor
710 naquela oportunidade. Eu tive notícias. Até porque assim como escuto e recebo
711 representantes dos atingidos e também escuto e recebo representantes do empreendedor,
712 tivemos reuniões com os doutores há pouco tempo atrás. Tive notícias de que essas
713 reuniões estavam em andamento na EMATER e hoje também tive notícias de que a
714 EMATER pediu um prazo de 20 dias para se manifestar. Ou seja, o que eu estou
715 entendendo é que a EMATER vai dizer: Esses parâmetros estabelecidos aqui estão
716 adequados ou estão inadequados ou precisam de alguns ajustes ou enfim. O
717 estabelecimento desses parâmetros coletivos e mais coletivos e mais democráticos se
718 dariam a partir dessa chancela da EMATER. Segundo o que ficou deliberado pelo
719 conselho e o que foi aceito pelas partes envolvidas. Se a EMATER vai se manifestar
720 daqui a 20 dias me parece que o motivo que gerou a baixa em diligência não foi ainda
721 cumprido ou sanado. Foi apresentado uma outra metodologia pelo empreendedor ou
722 uma proposta de metodologia de contratação de uma outra empresa que nós não temos
723 inclusive razão nenhuma para questionar a imparcialidade, mas essa foi uma definição
724 do empreendedor. Uma proposta do empreendedor. Nós estamos falando de parâmetros
725 democráticos. Democraticamente o que ficou estabelecido pelo menos que eu entendi
726 que tinha ficado estabelecido foi que a EMATER daria essa resposta. Se a EMATER
727 daqui a 20 dias não der a resposta. Esses 20 dias contados de quando? Por gentileza. -



728 Valério - Representante SEAPA - Bom dia a todos. A partir do dia 18 de novembro. Vai
729 continuar a fala ou eu já posso? Deixar o senhor concluir depois eu continuo. -
730 Francisco - Representante Ministério Público - É. A partir do dia 18 de novembro nós
731 estamos ainda dentro do prazo desses 20 dias para que a EMATER se manifeste. Aí
732 sim, nós vamos saber se, o conselho vai poder aquilatar e nós vamos considerar isso
733 como definição de parâmetros coletivos e democráticos, etc. Eu entendo o esforço do
734 empreendedor no sentido de apresentar essa nova proposta de metodologia contratando
735 uma empresa, mas essa é uma proposta dele. O que nós definimos, salvo engano, nesse
736 conselho foi de que os parâmetros democráticos e coletivos deveriam ser observados.
737 Esse é o primeiro ponto de discussão em relação a essa questão. O processo foi baixado
738 em diligência para resolver para que fosse, para que seja feita uma diligência. Essa
739 diligência foi concluída? Valério, eu gostaria de ouvi-lo porque eu também não sei qual
740 que é o aprofundamento disso na EMATER. - Valério - Representante SEAPA - Só
741 algumas considerações que merecem ser feitas. Vamos passo a passo. Primeiro são
742 algumas escritas que tem aqui neste documento que menciona o nome da EMATER.
743 Primeiro dela diz. EMATER sem disponibilizações de atas por parte da mesma. Isso
744 quem está dizendo é a equipe do fundiário da empresa que fez reunião com a EMATER
745 e ela não disponibilizou ata. Ora, isso é sério. Você pediu a ata e a EMATER não
746 disponibilizou? 1. Teve ata nessa reunião? 2. 3. A empresa encaminhou um ofício para a
747 EMATER. Após esse encaminhamento houve reunião com a empresa e a EMATER se
748 posicionou no documento. Olha, agora entendemos toda a explicação, a lógica do
749 processo e necessitamos de 20 dias para emitir a resposta dado a abrangência que tem
750 um projeto dessa envergadura. Não podemos ter a irresponsabilidade de falar que sim
751 ou que não sem fazer o devido estudo. Com essa resposta causa um pouco de
752 estranheza, porque ela foi verbalizada, mas não está escrita aqui nesse documento em
753 relação a esses 20 dias de prazo que. Se estiver no processo me desculpem eu estou
754 falando isso em relação ao adendo. Porquê? Depois nós gostaríamos de ouvir quem teve
755 a reunião e o que tem a dizer sobre isso. Segundo. Consta aqui também. A EMATER
756 não se posiciona com relação à demanda. Ora, não se posicionou no tempo em que
757 alguém quis. É um fato. A EMATER emitiu um parecer que vai se posicionar daqui 20
758 dias é outra história. É questão da língua portuguesa é interessante. Nós temos que ficar
759 atentos a isso. Outra. Está escrito aqui. A metodologia e negociação fundiária a ser
760 elaborada pela EMATER. Já está antevendo. A ser elaborada? A se ter o conhecimento
761 da possibilidade da EMATER elaborar esse documento. Certo. Vamos adiante.
762 Apresentou a proposta de uma segunda empresa. O Dr. Francisco já falou muito bem.
763 Nós não temos questão nenhuma em relação a idoneidade. É uma opção. Inclusive eu
764 fiz a leitura de ata de reunião passada. Já foi manifestado isso. Se a EMATER não tiver
765 a condição de fazer isso obviamente que existe um tempo também. Nós temos uma
766 capacidade de estar fazer isso. Obviamente que é uma solução que vai dar posse aqui
767 para essa comissão para seguir adiante. Eu faço uma outra observação. A conclusão do
768 que faz essa nossa presença hoje em relação à licença prévia foi dito aqui: Ora, nós
769 estamos conversando sobre licença prévia. Nós não estamos falando sobre a questão
770 fundiária. Veja bem. Não estamos falando, mas a todo momento está feito o registro de
771 questão fundiária. Está nesse documento. Está falando. A EMATER não respondeu,
772 mas a EMATER vai responder. Está falando. É uma segunda possibilidade que é uma
773 empresa. Eu pergunto aos senhores a seguinte questão: Essa segunda empresa está
774 escrito aqui ela vai analisar e validar critérios e metodologias. Ponto. Quais critérios são
775 esses? Que foram utilizados pela empresa que é da ABNT. A empresa. Já é uma



776 pergunta. A empresa vai só falar eu que a ABNT fala é bom. Pode seguir o que a ABNT
777 fala. Nós temos que tomar cuidado com isso. Porque uma coisa é validar algo que já foi
778 validado por especialistas da área que chega no documento da ABNT. Isso é um fato. O
779 outro fato. Eu não estou antecipando aqui o serviço da empresa, mas eu acho que tem
780 que colocar isso para reflexão porque a finalística disso é o valor atribuído que vai ser
781 recebido, que vai ser pago pela empresa a quem vai ser atingido que seja de forma
782 adequada, correta. Em momento algum nós estamos entendendo que a empresa está se
783 furtando disso. Em momento algum nós estamos achando isso. Aqui é só uma câmara
784 que vai endossar e tem as pessoas para entender o que está acontecendo e endossar esse
785 processo. Até porque se for abrir esse tipo de discussão já foi muito bem colocado pelo
786 Edécio que nós precisamos de tratar sobre a discussão. Nós vamos pegar a ABNT,
787 colocar aqui, sentar e falar: Olha, como é que está sendo feito esse levantamento? Olha,
788 quando não é judicial, quando é judicial precisa de ter a identificação das fontes. Quem
789 está dando o preço dessas terras? Já estou colocando mais argumentações. Nós não
790 estamos abrindo essa discussão nesse momento agora. Agora eu acho que nós temos
791 que tomar cuidado com essa questão da língua portuguesa porque tudo que está
792 colocado aqui em relação a EMATER eu acho que merece ser corrigido. Se tiver
793 alguma dúvida estou à disposição. - Não identificou - A empresa tem alguma
794 manifestação quanto à reunião? O assunto da reunião que foi tratado? Quer esclarecer? -
795 Fábio - Representante da empresa - Sou da ATE XVIII, representante da parte fundiária.
796 Realmente esse problema do fundiário foi trazido ao processo ambiental não pelo
797 empreendedor, mas sim pela FETAEMG que trouxe até ao COPAM e foi direcionado
798 que nós procurássemos a EMATER para que tornasse o processo o mais democrático.
799 Ele já era e vai ficar ainda um pouco mais. Por em tese ser uma empresa imparcial. Nós
800 estivemos lá no dia 22/10 numa reunião verbal que não registra ata. Dificilmente você
801 faz alguma reunião na EMATER e que saia ata e nós também achamos por bem que não
802 deveríamos forçar uma situação dessa. No dia 28/10 retornamos lá para tentar
803 impulsionar o processo e conseguir então que a EMATER nos desse esse respaldo
804 técnico e dissesse se está certo ou errado ou não. Não obtivemos essa resposta e pediram
805 mais alguns dias. Retornamos em 05/11, no dia 13/11, no dia 17/11 e no dia 18/11. No
806 dia 18/11, salvo engano, nós tivemos a oportunidade de encontrar os representantes da
807 FETAEMG lá com a intenção que essa reunião fosse feita em conjunto para que nós
808 democraticamente sentássemos na mesa e discutíssemos. Um dia antes, inclusive, eu
809 tinha conversado com o Ministério Público já que nós estamos tentando
810 incansavelmente tentar obter isso, porque nós temos pressa. Nós já estamos atrasados
811 alguns meses. Nós queríamos isso muito rápido. Embora seguindo as normas e tudo
812 mais. Nós não tínhamos nada em mãos. Resolvemos protocolar um ofício para que a
813 EMATER dissesse para a SUPRAM. A EMATER não deu ainda. Eu não posso. Nunca
814 tinha nada. Nós protocolamos um ofício até porque com o órgão público o ideal é que
815 tudo seja feito via ofício ou via carta. Fizemos isso e a EMATER respondeu. Não sei o
816 dia agora, mas há poucos dias atrás que iria se posicionar daqui 20 dias. Qual é a
817 preocupação nossa? Daqui 20 dias a EMATER pode virar e dizer assim: Olha, eu não
818 posso fazer, não tenho equipe técnica ou eu posso fazer, mas eu vou levar 5 meses ou
819 faço amanhã. Nós não sabemos o que vem. O que nós não queremos é ficar parado todo
820 um processo, empreendimento desse esperando a manifestação de um outro órgão
821 agora. Ou seja, não foi falta de interesse nosso. Foram 6 visitas. A EMATER sempre
822 nos atendeu muito bem. Sempre respondeu as nossas perguntas, mas pediu então mais
823 20 dias para dizer oficialmente se vai atender, se não vai ou o que deve ser feito. A



824 preocupação nossa mais é essa só que eu não tenho hoje uma garantia de que a 20 dias.
825 A partir, acho que faltam poucos dias ainda, de que a EMATER vai fazer alguma coisa
826 ou o trabalho e daqui 20 dias volto aqui e diz assim: A EMATER não. Eu fico aqui
827 agora esperando. O final do ano está aí. O governo está trocando, política, tudo para as
828 coisas. É excesso de final de ano e o processo vai indo embora. O nosso prazo cada vez
829 mais curto. Essa foi a nossa preocupação. Só tentar fazer com que o princípio da
830 continuidade do serviço público seja aplicado aqui em Minas Gerais. Muito obrigado. -
831 Valério - Representante SEAPA - Para efeito de correção. A data que foi expedido o
832 ofício da EMATER para a ATE foi no dia 19 de novembro de 2014. Então 20 dias a
833 contar do dia 19 de novembro. Entendo perfeitamente essa pressa que a empresa coloca.
834 Hora nenhuma a EMATER MG está colocando objeção se caso seja decidido por essa
835 comissão que não dá para esperar esses 20 dias de resposta para contratar uma outra
836 empresa. A EMATER não pronunciou isso hora nenhuma. Eu entendo esse lado que
837 vocês precisam dessa celeridade. Você não está errado. Daqui 20 dias a EMATER pode
838 chegar a conclusão que não tem como ela estar participando desse processo. Pode
839 chegar a essa conclusão sim. Isso é uma verdade. Agora pelo lado da EMATER nós
840 precisamos de amadurecer, quantificar até em função de vários fatores internos da
841 EMATER. É só essa questão. Deixo aqui também a dica. Se os ofícios que são
842 encaminhados e que são recebidos se não forem suficientes e por ventura você for fazer
843 reunião com a EMATER solicite antes de entrar na reunião que vai ser preciso de uma
844 ata. Nós somos órgãos públicos. Nós temos que ter transparência. Ora, o ofício não está
845 me atendendo. Vamos pedir ata em cada reunião que fizer. É um direito que a pessoa
846 tem. - Camilo de Lélis André Melo - Representante FEDERAMINAS - Valério, só te
847 fazer uma pergunta aqui. Curiosidade. Para a EMATER dar essa posição dela ela já tem
848 algum dado em mãos? Ela já sabe quantos proprietários concordaram com a vistoria?
849 Ela já é mensurável para EMATER o serviço que ela tem que fazer ou depois desses 20
850 dias que ela vai ter, vai solicitar isso para saber o que ela vai ter que fazer? - Valério -
851 Representante SEAPA - Camilo, eu não posso me antecipar porque não sou eu quem
852 dou a resposta. A resposta está sendo. Esse trâmite é feito em Belo Horizonte com a
853 direção da empresa. Obviamente a empresa tem um histórico de lida com o meio rural.
854 Nós sabemos já segundo dados do empreendedor quantos quilômetros e o número de
855 quantos serão atingidos. Obviamente dá para saber qual que é a envergadura disso, mas
856 não posso antecipar esse tipo de discussão porque não sou eu a pessoa que está levando
857 adiante essa discussão. Reafirmo que é em Belo Horizonte que tem ocorrido. -
858 Francisco - Representante Ministério Público - Até porque, pelo que eu entendi a
859 EMATER vai analisar a metodologia proposta e verificar se essa metodologia na visão
860 dela é adequada ou não. - Valério - Representante SEAPA - Volto a dizer. Verificar se a
861 norma da ABNT está correta ou não é isso que tem que ficar mais claro aqui. Porque
862 são duas coisas extremamente diferentes, sabe Dr. Francisco. Validar o que está na
863 ABNT é um tipo de discussão. A empresa a todo momento está colocando isso aqui de
864 forma clara, de forma transparente o que ela está fazendo. Agora, por outro lado, de
865 quem é interessado, de quem é atingido, de quem vai receber esse recurso é uma
866 discussão que tem que ser mais aprofundada porque seria igual eu já falei anteriormente
867 questões relacionadas de repente como foi conduzido ou o valor que está sendo pago a
868 cada um. Não sei. Não posso ficar me antevendo a isso. Certo? - Não identificou - Com
869 essa explicação parecem o item C não é Valério? Eu acho que ele não cabe. O item C do
870 parecer. Avalie os critérios de metodologia aplicadas. - Paula - SUPRAM ASF - Só para
871 poder explicar. O que foi requerido para a EMATER foram 3 informações que é o que o



872 Valério explicou que a EMATER está analisando. O que ele informa é a possibilidade
873 de analisar os autos, os laudos de avaliação a fim de atender a solicitação da FETAEMG
874 e do COPAM. Aí seria essa avaliação do laudo já pronta para verificar quem foram as,
875 em quais fontes foram pesquisadas, esses valores levantados para as terras foram feitos
876 sob quais fontes, etc. Informa os critérios da ABNT. Se os critérios da ABNT adotados
877 pela concessionária estão de acordo com a legislação vigente praticado pelo mercado e
878 por fim avaliar critérios e metodologias aplicadas a avaliação e indenização de áreas de
879 servidão e bem feitorias das propriedades atingidas pela linha. Na verdade, apesar da
880 empresa ter solicitado essas 3 informações, pela explicação do Valério nós entendemos
881 que só a letra A é aplicável nesse contexto, porque a EMATER não vai se manifestar de
882 forma diferente de uma NBR. Seria. Eu estou falando na instituição, Valério, você até
883 me desculpa, mas como instituição pública nós não podemos nos manifestar de uma
884 forma diferente. Seria para informar, para analisar esses laudos de avaliação. O objetivo
885 de envolver a EMATER é justamente para que ela faça uma segunda análise daquilo
886 que foi apresentado pela empresa. - Não identificou - Podemos falar chancelar, Paula? -
887 Não identificou - É. Sim. É. - Não identificou- Não. - Não identificou - Ou não. - Não
888 identificou - Mas eu acho que a palavra é essa mesmo. É chancelar os laudos para
889 aqueles proprietários que se sintam. - Não identificou - Não o critério, o laudo. - Não
890 identificou - O laudo. Porque aqueles proprietários que acharem que o valor da terra foi
891 baixo e precisa de uma segunda reavaliação a EMATER vai fazer esse indicativo junto
892 com o proprietário. - Valério - Representante SEAPA - Deu para ver o tamanho que é
893 um tipo de serviço e outro tipo de serviço. Não é isso? Não deu? Se tiver. Uma coisa é
894 validar a proposta da empresa. É normatizado. É normatizado. A empresa fez um estudo
895 em cima de normas. Ela não se furtou disso não. - Camilo de Lélis André Melo -
896 Representante FEDERAMINAS - A questão do valor da terra me parece, com todo o
897 respeito, você vai em 2, 3 corretores da cidade e fala assim: A terra aqui está valendo
898 quanto o hectare? 8, 10, 15, 20. Faz a média dentro das normas e esse valor que é
899 aplicado. Se o que está sendo desapropriado não concorda com esse valor ele tem todo o
900 direito, ele tem um caminho legal, judicial de contestar esse valor. O juiz dentro do
901 processo é que vai arbitrar um terceiro perito para calcular o valor. Agora desde o
902 começo eu não estou entendendo. Até que entender nós entendemos, porque está essa
903 briga de valores até agora. Eu acho que isso é trem passado. - Paula - SUPRAM ASF -
904 Só para ficar claro. Nós não estamos discutindo nem valores de terras nem a empresa
905 está se furtando a se contratar a EMATER. Nós trouxemos o processo para a pauta
906 justamente pelos motivos que o Fábio explicou, porque existe uma possibilidade
907 negativa da EMATER. Existe uma possibilidade de prorrogação desse prazo. Enquanto
908 isso o processo está correndo. O prazo deles para implantação do empreendimento
909 também. Diante desse cenário, Camilo, não é que o proprietário, a proposta da
910 EMATER pelo que eu entendi não que o proprietário judicialize a questão, mas que ele
911 faça com a manifestação da EMATER que consiga fazer uma segunda negociação com
912 a empresa. Ele teria uma contra partida até para poder argumentar com a própria
913 empresa. Numa tentativa de não judicialização da questão. O objetivo todo dessa
914 discussão é tentar trazer um alinhamento. Se caso o empreendedor não concorde entra
915 uma terceira pessoa, verifica o laudo de avaliação, se o laudo de avaliação tiver alguma
916 divergência, tiver algum questionamento, alguma possibilidade de discussão a
917 EMATER vai entrar nesse sentido. Auxiliando os proprietários para não ocorrer a
918 judicialização. Só finalizando. Já nessa mesma linha como eu falei. Como a empresa
919 não se opõe na contratação da EMATER para que a EMATER faça esse serviço ou caso



920 a EMATER dê uma negativa, a SUPRAM entendeu que o processo poderia ser
921 colocado em votação, porque eu não vejo impeditivo sinceramente de colocar como
922 uma condicionante. Se houver uma conciliação com a EMATER que o empreendedor
923 faça através da EMATER. Se não houver já existe uma segunda alternativa apresentada
924 pelo empreendedor. Nós não estamos excluindo a possibilidade de negociação ou
925 substituindo a possibilidade de negociação com a EMATER para, em decorrência de
926 uma segunda empresa. Nós estamos falando o seguinte: Se caso a EMATER se
927 posicione negativamente já existe uma segunda possibilidade. A tentativa de trazer o
928 processo para a pauta foi justamente com esse entendimento. - Camilo de Lélis André
929 Melo - Representante FEDERAMINAS - O que eu ia te perguntar você já respondeu em
930 parte. Colocar em condicionante. Até porque nos outros processos de licenciamento
931 dessas linhas eu fiz questão até no último momento que toda demanda dos proprietários
932 já estivessem 100% acertada para dar a licença final. Eu gostaria de que nesse
933 empreendimento adotasse o mesmo sistema, independente da fase da licença. Quando
934 vai na licença de operação todos os empresários tem que estar solucionado ou através do
935 judicial ou através da EMATER ou através de outra firma. Essa posição foi minha nos
936 outros licenciamentos e eu vou continuar nessa mesma linha de pensamento. Agora
937 acho que se pode colocar em condicionante acho viável que seja colocado. - Marcos
938 Veloso - Representante CREA - Sobre essa questão de laudo de avaliação, já participei
939 de alguns e posso constatar. O laudo de avaliação é um processo de engenharia técnico
940 normatizado. Os técnicos que praticam e executam esse tipo de trabalho fazem baseado
941 nos valores de imóveis rurais ou urbanos vendidos, vendidos por preços que eles
942 conhecem. Vários. Para determinar o preço. De um modo geral os juízes atendem a esse
943 laudo. Se o proprietário faz um laudo dele o juiz termina um laudo judicial, um perito
944 judicial para fazer o laudo de avaliação. Ele vai fazer. Eu participei de alguns laudos de
945 avaliação rural. Em nenhum caso eu me lembro de que algum juiz pediu anuência da
946 COPASA. Em nenhum caso. Da COPASA não, desculpe. Da EMATER. Em nenhum
947 caso eu me lembro de ver isso. Ver acontecer isso. Essa anuência da EMATER pode ser
948 bastante interessante em termos de ser uma coisa mais democrática, mas eu não vejo nas
949 decisões judiciais a necessidade disso não. Até hoje não percebi nenhuma delas. -
950 Valério - Representante SEAPA - Inclusive, viu Camilo? Mesmo a EMATER fazendo o
951 laudo se o proprietário não concordar com aquele valor ele também vai acionar a via
952 judicial. Isso é claro. Notório isso. O que eu quero que fique bastante claro o
953 posicionamento da EMATER é que ela está estudando para ver se ela tem condição de
954 fazer no tempo que a obra exige. É isso. Porque know-how para isso que é a questão da
955 área do meio rural nós não estamos discutindo isso. É só a questão se tem capacidade
956 em termos de celeridade que exige o empreendimento. Hora nenhuma a EMATER está
957 bloqueando pauta para que contrate terceiros. Hora nenhuma nós estamos fazendo isso.
958 - Camilo de Lélis André Melo - Representante FEDERAMINAS - Eu também hora
959 nenhuma coloquei. Nós conhecemos e reconhecemos o trabalho da EMATER.
960 Principalmente com a economia familiar, com os pequenos produtores rurais. É uma
961 empresa séria. Eu hora nenhuma questioneei isso não. Agora eu te pergunto, Valério.
962 Você acha que essa questão do seu ponto de vista pode ser colocado em condicionante?
963 - Valério - Representante SEAPA - Novamente o que eu tenho a dizer é que eu não
964 posso antecipar a resposta da EMATER sobre a participação. A resposta. O ofício já foi
965 encaminhado para a empresa. O prazo já foi solicitado. Tudo aquilo que sair fora disso
966 dentro desse prazo e ficar prevendo respostas, não sou eu quem vou dar essa resposta
967 aqui nesse momento. Agora, mas a comissão que está aqui é que vai julgar. - José



968 Hermano - Representante AMA PANGÉIA - Essa questão ele colocou e nós acabamos.
969 Se quiser judicializar vai judicializar. Existe uma norma técnica, a Norma Brasileira.
970 Por isso que você nunca viu aqui. Nós temos escrita. Todo mundo aceita. Todo mundo
971 segue. Eu também estou aqui para defender. Para te falar a verdade foi a minha primeira
972 preocupação lá atrás numa reunião que eu participei e as pessoas? Porém cada macaco
973 no seu galho. Eu acho que o pedido da EMATER até bacana, louvável. A EMATER é
974 uma senhora empresa parceira nossa. Gosto muito das pessoas e da instituição. Acho
975 que tem uma função fantástica, mas cada macaco no seu galho. Também acho. A
976 EMATER. Quem quiser reclamar vai reclamar da mesma forma, nós vamos defender da
977 mesma forma. Não vejo problema nenhum colocar de condicionante. Isso não. - Não
978 identificou - Eu vou deixar a FETAEMG manifestar, porque eu acho que já está
979 começando a rodar. Talvez tenha alguma coisa, algum fato novo que possa abrir uma
980 nova discussão. - Eduardo - Representante FETAEMG - Eu vou ter que aproveitar a
981 minha intervenção para fazer algumas correções neste parecer onde é citado a
982 FETAEMG. Quero registrar que acho lamentável citar uma entidade a partir de uma
983 manifestação de um outro terceiro. Isso não tem sentido. Segundo informo ao senhor
984 Domingos Romeu, diretor de monitoramento de sistemas elétricos do Ministério das
985 Minas e Energia, a FETAEMG se recusa a receber a empresa. Nós nunca tivemos
986 contato com esse senhor. Não sei de onde ele tem essa informação. Sabe? Agora eu não
987 entendo como que a SUPRAM traz isso no processo. Porque ela não tem certeza da
988 afirmação. Eu estou desmentindo a informação. Só um momento. Eu estou
989 desmentindo. Nós viemos aqui, passamos a participar. Concordamos com a proposta do
990 promotor de Justiça da instalação da mesa de negociação. Não tivemos nada contra.
991 Quando fomos a EMATER nós fomos chamados pela EMATER, dia 14. O diretor
992 marcou às 10 horas. Nós chegamos lá. Nós não recusamos. Nós apenas falamos. Nós
993 fomos convidados pelo diretor. Subimos lá em cima e ele falou não. Eu prefiro reunir
994 com eles depois. Eu quero ter as informações a partir de vocês. Nunca recusamos.
995 Agora, achamos que no âmbito deste processo, inclusive não foi um entendimento com
996 a FETAEMG quando os senhores procuraram o Vilson. Os senhores o procuraram
997 como cidadão. Como indivíduo. Ele recebeu, mas não é a entidade. Nós nunca
998 recusamos. Nós achamos que o processo exige mediação. Queria esclarecer. Última
999 reunião ordinária dos senhores foi dia 20. Esse processo não estava em pauta. Na
1000 anterior é que foi dado este encaminhamento. A reunião foi numa quinta-feira. Não me
1001 lembro de cabeça. Quando? 16 de setembro. Não. Já foi outubro. Aquela que foi no
1002 SENAT. É. Que ficou esse encaminhamento. Isso. 16 de outubro. Quinta-feira. 17, 18,
1003 19, 20. No dia 20. Quero dizer isso para provar que nós não queremos obstacularizar
1004 nada. No dia 20 nós nos reunimos com o presidente da EMATER. Dr. José Ricardo.
1005 Relatamos a ele tudo. Ele falou ok. Basta a empresa nos procurar. Muito bem. No dia 14
1006 de novembro nós fomos. Nós FETAEMG fomos convocados para uma reunião com o
1007 diretor técnico da EMATER, às 10 horas da manhã. A empresa foi marcada para às 15
1008 horas. Ele queria de nós saber o nosso entendimento sobre o processo e conhecer a
1009 demanda da empresa. Segundo ele. É por isso que eu acho estranho porque anexa tanta
1010 informação de quem não tem nada a ver com o processo, mas essa aqui da carta da
1011 EMATER não anexa no parecer. Isso causa estranheza. A EMATER no dia 18 responde
1012 ao Dr. Milton. Responde pelo diretor técnico a empresa. Está no processo, mas não no
1013 parecer único. Não no parecer único. É diferente. No parecer único está que o
1014 Ministério de Minas e Energia lá em Brasília. Ele pede 20 dias para que, é preciso que
1015 isso fique claro. Não é tarefa discutir norma de ABNT. Não é isso. Segundo. Eu



1016 inclusive reuni com ele ontem de novo. Com o Milton. Lá na EMBRAPA. Estava em
1017 reunião lá também de manhã. O que é que a EMATER vai fazer? Ela vai fazer uma
1018 proposta de como que ela realizará o trabalho. Você tem um universo de 700 e tantas
1019 propriedades. O que nós falamos com ele? Deve ser feito para aqueles que quiserem.
1020 Você não pode obrigar. Porque eles já negociaram com vários. Se a pessoa aceitou e
1021 não quiser que faça, morreu. Ele vai fazer, segundo ele, uma proposta por produto. Uma
1022 proposta financeira por propriedade. Eu faço uma é tanto. Eu faço outra. Preço unitário.
1023 Fará um laudo técnico que nos permitirá a negociação. A posição da EMATER é essa e
1024 eles vão entregar uma proposta. - Não identificou- Eduardo? - Não identificou- Eles
1025 vão. Se a empresa aceitar ou não. A empresa eu não sei, mas ele apresentará. Sobre a
1026 questão. Olha, a EMATER nós indicamos porque ela trabalha institucionalmente com a
1027 agricultura familiar e ela tem fé pública. Nós indicamos ela por causa disso. Se não
1028 houver o entendimento nós entendemos, aceitamos que o Ministério Público indique ou
1029 que esta URC indique. A questão não é fazer os laudos. Para nós é assinar o contrato
1030 com a EMATER. Se a EMATER está falando 20 dias então nós estamos entendendo
1031 que é o prazo para assinar o contrato. Ela vai fazer uma prestação de serviços. Se o
1032 serviço vai levar 5 meses eu não sei, mas o processo vai continuar correr. O processo
1033 administrativo. Não há nenhum impedimento. Eu não quero que fique o entendimento
1034 de que teria a EMATER de concluir os trabalhos e coisa. Pelo que nós temos entendido
1035 das manifestações da EMATER será feito. Nós achamos importante ter. Por último. Eu
1036 já falei antes. Eu acho que não cabe, infelizmente ao Ministério das Minas e Energia se
1037 manifestar em termos ambientais. Espero, porque felizmente o atual ministro vai sair.
1038 Graças a Deus. - Não identificou - Aí eu espero com essas exorbitâncias não ocorram
1039 mais. - Camilo de Lélis André Melo - Representante FEDERAMINAS - Presidente, só
1040 uma pergunta aqui. Eu te parabeno que você está muito mais bem informado do que o
1041 representante da EMATER que nos deu os esclarecimentos necessários. Agora só uma
1042 pergunta que eu te faço. Se a avaliação da EMATER não ficar a contento, não servir
1043 para vocês, vocês vão pedir outra empresa pública ou vocês vão entrar em juízo?
1044 Entendo que é isso. - Não identificou - Não. - Não identificou - Independente de dez
1045 firmas fazerem a avaliação vocês não estiverem de acordo, entra em juízo. O que vocês
1046 estão fazendo? Prorrogando o processo. Desnecessariamente. Se a EMATER, se vocês
1047 não concordarem com a EMATER como é que vocês vão fazer? Vocês vão pedir outro
1048 órgão? Ou o valor é vocês quem vão por a goela abaixo para a EMATER? Eu acredito
1049 que não. - Eduardo - Representante FETAEMG - Da mesma maneira que o senhor se
1050 sente a vontade de dizer da maneira que quer, eu também. O senhor está equivocado.
1051 Nós não agimos dessa maneira. Nós estamos propondo que a EMATER faça um laudo
1052 técnico para aqueles produtores que assim o quiserem. Inclusive nós conversamos isso
1053 com a EMATER, é um número grande, mas nós achamos que rapidamente e o diretor
1054 da EMATER também acha junto com o escritório local, com a equipe que vai designar
1055 nós avisaríamos a todos e aqueles que quisessem se manifestariam. De posse do laudo
1056 teremos nós, produtor rural terá um laudo técnico para estabelecer um processo de
1057 negociação que ele terá um laudo da EMATER e a empresa tem um laudo que ela fez.
1058 Nós não pediremos outro laudo. Isso inclusive vou falar claramente para o senhor
1059 entender. Isso não seria ético. Entendeu? Não seria ético. - Não identificou - Eu acho. -
1060 Não identificou- Nós não iremos fazer isso. - Não identificou - Acho que nós podemos.
1061 - Não identificou- Então nós vamos aceitar o que a EMATER fizer. - Não identificou- O
1062 senhor deixou. - Não identificou- Vamos negociar. - Não identificou- O Valério quer
1063 fazer um comentário e a empresa quer fazer um comentário. Eu acho que nós, acho que



1064 a proposta atende ao princípio democrático. Foi levantado no começo. Parece que ela já
1065 está bem consolidada. Certo? - Valério - Representante SEAPA - Senhor Camilo, eu
1066 tenho um documento aqui assinado juntado ao processo do diretor técnico da EMATER
1067 e esse documento solicita esses 20 dias para que seja concluída a análise e a
1068 apresentação de uma resposta definitiva em relação à participação da EMATER no
1069 processo. Jamais eu vou passar por cima do meu diretor técnico. Jamais vou fazer isso.
1070 Eu tenho responsabilidade, o dever de cumprir a hierarquia dentro do serviço público e
1071 não vou chegar a esse ponto de fazer julgamento algum em nome do meu superior.
1072 Obrigado. - Não identificou - A empresa quer fazer algum comentário também? Nós
1073 podemos encerrar? - Luciano Junqueira - Representante da empresa - Quero fazer 2
1074 comentários. O primeiro comentário é o seguinte. Por solicitação da FETAEMG foi
1075 sugerido que fosse feita a contratação da EMATER para validar o processo nosso de
1076 avaliação de terras. Baseado nessa recomendação no dia 28 de outubro nós fizemos uma
1077 reunião na EMATER com a presença do Dr. Milton, que lamentavelmente não teve ata,
1078 mas teve lista de presença. Todos os presentes assinaram e certamente essa lista de
1079 presença está arquivada na EMATER. Nesse dia o Dr. Milton nos informou duas coisas.
1080 Primeiro que isso não era um escopo da EMATER. O que ela faz usualmente é nos
1081 casos de desapropriação ela faz a avaliação de terras para assentar para aquelas pessoas
1082 que foram, que teriam que mudar a sua localização para identificar se no novo local que
1083 o empreendedor está sugerindo ele consegue tirar a sua subsistência. Para ele o melhor
1084 seria se pudéssemos fazer uma reunião conjunta junto com a FETAEMG. Acontece que
1085 nós empreendedores não temos o trânsito junto a EMATER que a FETAEMG tem o seu
1086 presidente que inclusive é parte interessada. Essa reunião que ia ser marcada para a
1087 semana seguinte que até é véspera de finados, se não me engano, isso foi postergando
1088 até chegar nessa reunião aonde nós imaginávamos que seria essa primeira reunião
1089 informada que seria feita conjuntamente para discutir o assunto. Porque teoricamente o
1090 único empecilho que teve esse licenciamento a nosso ver é o problema da FETAEMG.
1091 Mais. Eu já adianto para os senhores que todo laudo que for discordante de nosso
1092 processo, que seja judicializado. Quer dizer, a justiça vai ser o último instrumento a ser
1093 utilizado nos processos, nos casos onde houver a discordância de valores ou vamos
1094 dizer assim o impedimento de acesso a alguma propriedade. É bom que fique bem claro.
1095 Nós só entramos na propriedade com a anuência do proprietário. Ou então com decisão
1096 judicial. Fora isso nós não entramos. Na parte da avaliação eu vou até pedir ao Fábio
1097 para me esclarecer aqui ele é mais informado. - Fábio - Representante da empresa - Só
1098 para finalizar. Eu acredito que a EMATER vai caminhar no mesmo caminho nosso. Até
1099 porque ele deixou claro que a EMATER não vai ser furtada de desrespeitar a norma.
1100 Nós temos a mesma norma. A norma é uma só. Eles vão seguir os mesmos critérios que
1101 os nossos. A divergência é muito difícil de acontecer. Até o valor que nós fizemos de
1102 preço é o valor de mercado praticado hoje. Não é aquele que está na escritura ou no
1103 INCRA e tudo mais. Nós já consultamos a pauta de valores que a EMATER
1104 disponibiliza. Acho que a EMATER mensalmente publica quais são os preços. Nós já
1105 pesquisamos, porque a EMATER também é uma fonte de pesquisa para que essa pauta
1106 seja feita. Muitas vezes nós usamos informações deles e da FGV. Fora isso eu vou só
1107 gostaria de dizer que a metodologia se ela tivesse alguma falha como ela tem pode ser
1108 que ela tenha, deve ser muito pequena, porque nós temos aqui 720 proprietários
1109 atingidos. Esse processo. Nós temos hoje 89% das ofertas feitas. Foram feitos acordos
1110 pela via amigável. Administrativo. Uma empresa que usa uma metodologia que é
1111 baseada na norma e que chega a um índice de 89% de acordo amigável entre



1112 particulares ou particular público eu acredito que não esteja fazendo nenhum crime.
1113 Caso ela esteja fazendo algum crime e eu tenho total certeza que não, tem o melhor
1114 caminho inclusive, não seria a EMATER, não seria ninguém, seria o poder judiciário.
1115 Ele está aí justamente para suprir a necessidade da população que se sente ofendida.
1116 Todo custo, quem ajuíza ação somos nós. Quem paga a perícia somos nós. Eu não vejo
1117 assim, vamos respeitar a EMATER, até porque eu tenho interesse pela via
1118 administrativa. Sempre foi o nosso interesse em qualquer empreendimento de fazer pela
1119 via administrativa, mas judicialização vai existir. Tem o caso do espólio, da penhora, de
1120 hipoteca, de arresto, de sequestro, briga familiar que eu não vou resolver briga familiar.
1121 Eles não querem assinar. Tem os casos em que eu digo que o laudo é 5 mil, a norma
1122 diz que é 5 mil e o proprietário diz eu quero 1 milhão. Para comprar a fazenda dele me
1123 custa 50 mil. Ele quer 1 milhão. Eu não posso resolver a situação financeira agora.
1124 Vamos tentar fazer o máximo possível de forma democrática de já estar fazendo em
1125 seguir a norma. Tentar buscar ao máximo de acordo amigável. Nós vamos continuar
1126 fazendo as negociações. Eu acredito que isso não pode ser, segurar um licenciamento.
1127 Ele corre paralelo, mas não pode ser um item do licenciamento que segura. É
1128 importante. Outra. Qualquer empreendimento do Brasil. Vocês podem pesquisar
1129 qualquer um. Qualquer linha de transmissão do país dos últimos 10 anos nenhuma linha
1130 de transmissão, nenhuma, podem pesquisar teve 100% da regularização fundiária
1131 concluída para LP, porque LP é LP. Não é LI. LP eu não tenho a viabilidade técnica.
1132 Foi o que aconteceu agora. Nós perdemos indenizações porque na fase da LP estávamos
1133 seguindo com as indenizações. Nós alteramos o traçado, porque não foi detectada a
1134 viabilidade técnica. Perdemos indenizações. Não foi pouco. Em 7, 8 quilômetros. Se eu
1135 não esquecer. Perdemos indenizações. É um risco muito grande. Por isso que é natural
1136 que o percentual esteja resolvido até a LI. Durante a LI eu vou trabalhando nas áreas
1137 que eu tenho liberada. As outras, libero judicialmente ou via acordo bilateral com a
1138 oferta de valores. Só para finalizar, porque eu acho muito importante. Eu trouxe. Ele
1139 trabalha conosco. Já fez outros trabalhos em outros empreendimentos. O coordenador da
1140 previsão da norma da ABNT. Se vocês acharem que ele deve se manifestar. Ele foi
1141 presidente do IBAP do estado de São Paulo em 2012 e 2013. Hoje ele é membro do
1142 IBAP que é o Instituto Brasileiro de Avaliação e Perícia. Analisou a nossa metodologia e
1143 ele atesta ela. A Universidade, a Faculdade de Engenharia de Pirassununga. Nós mandamos
1144 a metodologia nossa. Atestaram, olharam, analisaram. Está anexo ao processo dizendo que
1145 a metodologia está dentro da norma. Os valores que estão sendo praticados são os que
1146 variam na região de Minas Gerais. Fora isso, contratamos uma empresa de Minas Gerais, de
1147 Belo Horizonte. Enviamos todo esse processo. Deu um parecer favorável com o método.
1148 Está dentro da norma e respeita os preços praticados na região. Até porque é uma empresa
1149 que já fez muitas obras para a Vale do Rio Doce. O ponto principal que eu acho. Ele não
1150 deve, ele deve correr paralelo, mas não deve parar um licenciamento até que uma terceira
1151 pessoa decida se vai dar um parecer ou não. O que eu até acho viável, mas não pode parar.
1152 Muito obrigado. - Marcos Veloso - Representante CREA - Gostaria de fazer um
1153 questionamento aqui sobre o seguinte. Dado ao tamanho, a complexidade, demanda de
1154 tempo dessa questão de indenização dos proprietários e sendo que pode, que há um recurso
1155 que todo proprietário tem um recurso judicial é justo que nós penalizemos a empresa dessa
1156 licença em função disso? - Francisco - Representante Ministério Público - Eu ouvi
1157 atentamente tudo e eu parto sempre do princípio da boa fé. Nas afirmações das pessoas
1158 independente de ata, independente de documento. Nós temos que partir do princípio da boa
1159 fé. Muito foi dito aqui e as pessoas tem que arcar com as responsabilidades do que dizem.
1160 Muito foi dito aqui a respeito do que foi conversado com a Diretoria da EMATER. A



1161 diretoria da EMATER não está presente para poder se manifestar. Nós estamos discutindo
1162 aqui o seguinte: Foi dito pela EMATER isso. A EMATER pode ou não fazer isso. Deixando
1163 claro que quem vai dizer isso é a própria EMATER daqui 12 dias. Segunda questão. Nós
1164 estamos dentro de um processo de mediação e dentro de um processo de mediação nós não
1165 costumamos estar em judicialização. Porque se nós formos falar de judicialização aqui tudo
1166 pode ser judicializado. Inclusive a própria licença prévia. Quer dizer, nós estamos aqui
1167 dentro de uma discussão, de uma mediação. Se nós formos, é claro que a judicialização
1168 acontece em casos específicos como foram mencionados aqui, mas acho que não é essa
1169 proposta. Terceira questão. Eu vou pedir aos senhores conselheiros que analisem com bom
1170 senso, como lhes é peculiar e com sensibilidade. Esse processo foi baixado em diligência a
1171 partir de uma deliberação do próprio conselho que foi encampada pela presidência que é
1172 quem tem competência ou não para baixar o processo em diligência. Nós já tivemos a
1173 informação formalizada de que a EMATER se manifestará num prazo de 20 dias que
1174 inclusive, Valério, eu acho um prazo muito razoável. Acho um prazo extremamente
1175 razoável para que uma empresa que tem as atribuições que a EMATER tem. Esse é só um
1176 caso que ela está lidando, ter estabelecido 20 dias. Desses 20 dias, salvo engano, 8 já se
1177 passaram. Nós estamos discutindo aqui uma questão de 12 dias. Existe um adendo a esse
1178 processo. Esse adendo possibilitaria qualquer conselheiro de pedir vista. Eu não faço isso
1179 porque eticamente eu não considero ético eu pedir vista para postergar o processo. Eu não
1180 tenho interesse nenhum em postergar julgamento, mas também não tenho interesse nenhum
1181 que ele seja antecipado. Se for para julgar o processo eu vou julgar e vou votar. Agora e se
1182 algum conselheiro tivesse dúvida e pedisse vista? Esses 12 dias significariam um pouco
1183 mais porque esse processo voltaria talvez numa próxima reunião ordinária ou minimamente
1184 numa reunião extraordinária daqui 10, 5 enfim. É uma questão de sensibilidade. Nós
1185 estamos discutindo aqui o seguinte: Foi baixado em diligência para que a EMATER se
1186 manifestasse. A EMATER ainda não se manifestou e disse que vai se manifestar daqui a 12
1187 dias. Então, vamos revogar a decisão que o conselho adotou na reunião em que essa questão
1188 foi deliberada. Porque houve uma deliberação do conselho no sentido de que a EMATER
1189 iria se manifestar. A EMATER já falou num prazo muito razoável, diga-se de passagem,
1190 que vai se manifestar daqui a 12 dias. Eu não consigo perceber qual que é a dificuldade em
1191 se aguardar esses 12 dias para que a EMATER se manifeste. Essa licença prévia seja
1192 julgada de forma madura para o deferimento ou indeferimento. O que quer que seja. Agora
1193 por conta de 12 dias? É o que eu falei. Não vou pedir vista. Agora e se algum conselheiro
1194 pedisse? Isso tudo estaria por água abaixo. Esses 12 dias já estariam todo mundo nas suas
1195 atividades rotineiras ou almoçando talvez e pronto. Essa questão de 12 dias. Nós temos aqui
1196 2 interesses e 2 princípios. 12 dias. Eu entendo a lógica dos empreendedores, é uma lógica
1197 de prazo, é uma lógica financeira, uma lógica legítima e que está prevista na Constituição
1198 Federal, mas também nós o outro lado. De garantir um processo de licenciamento maduro,
1199 regular, adequado por conta de 12 dias. Uma licença pode ser expedida de forma polêmica
1200 contrariando uma deliberação do conselho encampada pela presidência no sentido da baixa
1201 em diligência. A diligência foi cumprida? No meu ponto de vista não foi cumprida. Uma
1202 delas foi, que é a anuência do município de Arcos. Agora a outra que seria a manifestação
1203 da EMATER. É muito pouco o que está sendo pretendido pelo conselho para que haja essa
1204 antecipação. Eu estou pedindo a sensibilidade. Acho que todos nós queremos ver o
1205 resultado de todo o trabalho que nós fazemos. Nós aqui fazemos um trabalho que é o de
1206 deliberar sobre licenças ambientais. As licenças ambientais expedidas por nós sejam
1207 licenças expedidas de forma madura e de forma regular e que não sejam passíveis depois de
1208 questionamentos. Nós não estamos falando disso. Se for para falar judicialização. Minha
1209 atividade típica é judicializar. Eu judicializo todos os dias. Para que eu estou sentado aqui
1210 então? Para discutir? Eu não precisava nem vir aqui. Era simplesmente eu pegar, eu



1211 concordo com essa licença. Está bom. Não concordo. Vou judicializar. Então, não vamos
1212 falar de judicialização nesse momento. Nós já iniciamos um processo de mediação que está
1213 sendo realizado pelo conselho. O conselho encampado pela presidência deliberou que a
1214 EMATER iria se manifestar e o processo não voltaria à pauta. Tudo bem. Eu entendo as
1215 questões e não estou questionando. Eu entendi a posição da SUPRAM também, mas eu
1216 acho no meu ponto de vista que a diligência não foi cumprida. O que eu estou requerendo à
1217 mesa é que seja o processo baixado em diligência até que a diligência seja cumprida. É só
1218 isso. Para que haja essa manifestação formal da EMATER para que nós saíamos do campo
1219 do eu conversei, eu não conversei, foi feita a ata, não foi feita a ata. A EMATER vai se
1220 manifestar e vai dizer: eu quero, eu posso ou eu devo. 12 dias. Conselheiros. Nós estamos
1221 falando de 12 dias que se tornariam absolutamente inócuo se algum conselheiro pedisse
1222 vista. Obrigado. - Edécio Ferreira - Representante FAEMG - Conselheiro Francisco, ouvi
1223 com toda atenção que todos os conselheiros merecem que nós ouçamos as suas
1224 manifestações. Entendo que talvez essa questão possa ser superada com a, através de uma
1225 exigência de condicionante da EMATER em manifestando favorável que os pareceres dela
1226 se tornem obrigatórios dentro dos autos. Mesmo que não seja aceito, mas tornem
1227 obrigatórios. Nós daríamos andamento ao regular procedimento do processo aqui. A
1228 EMATER manifestando favorável o processo vai ter regular andamento. Se a EMATER se
1229 manifestar que não tem condições no momento que seja por, que nós sabemos que tem uma
1230 carência de funcionários muito grande, também o processo já está andando sem problema
1231 algum. Porque amanhã ou depois ou daqui 12 dias a EMATER manifesta que não tem
1232 condições de atender a nossa demanda como é que nós vamos fazer? Nós vamos ter que
1233 votar sem a EMATER. Vai restar aceitarmos a proposição de uma terceira, de uma segunda
1234 empresa indicada pela empreendedora ou a via judicial que é um direito de todos sem
1235 exceção. Graças a Deus. Eu queria aproveitar. Já que o Ministro está indo embora podia
1236 levar a Presidente junto. - Não identificou - A empresa quer fazer alguma manifestação?
1237 Acho que o direito sobre. - Não identificou - Gostaria de fazer só uma complementação.
1238 Peço desculpas, eu esqueci de dizer o porquê que o Ministério de Minas e Energia
1239 entrou no processo. É porque nós fazemos de todos os empreendimentos que nós temos
1240 relatório. Esse empreendimento faz parte do PAC e todo mês nós somos obrigados a
1241 fazer um relatório a respeito do andamento dos projetos. Nós temos 7 projetos
1242 atualmente e justificar os motivos de atraso. Nesse processo específico foi citado que
1243 nós estamos tendo dificuldades no licenciamento advindo principalmente do
1244 posicionamento da FETAEMG com relação à valorização das propriedades. Por isso
1245 que foi feita aquela correspondência do Ministério diretamente a FETAEMG. - Não
1246 identificou- Parece que tem duas posições. Sim. - Roberto Soares Nogueira -
1247 Representante Comitê de Bacia do Entorno da Represa de Três Marias - Eu gostaria de
1248 fazer alguns comentários sobre todo o processo que foi discutido aqui. Especificamente
1249 sobre a anuência de Arcos. Pelo mapa eu achei bastante estranho, porque a grande
1250 defesa era que o traçado impediria a construção do aeródromo e me parece que pelo
1251 mapa isso é uma mentira tremenda. Depois. Essa mudança de trajeto que é claro, nós
1252 estamos aqui em termos conciliatórios para ajudar o município se prendeu apenas a
1253 loteamentos que estão ali na área urbana ou na área de expansão urbana e não pelo fato
1254 do aeródromo. Está certo? Nós aqui aceitamos passivamente que houvesse um
1255 desmatamento maior. Quer dizer. Realmente o objetivo do conselho é atender todo
1256 mundo de forma que não haja prejuízos. Nós não queremos prejuízo para ninguém. Está
1257 certo? É vontade do município, tudo bem. Foi colocada. Nós vamos fazer o possível
1258 para atender. Esse aspecto do pedido da FETAEMG. Gostaria de fazer a pergunta para o
1259 conselheiro. É o seguinte. O grande problema. Você já disse que tem sim uma certa



1260 garantia de que a EMATER vai aceitar o empreendimento, a proposta. Ela vai responder
1261 positivamente a proposta. Eu perguntaria a você o seguinte. Em termos de perda de
1262 tempo, em termos de gasto de tempo vocês estão estimando ou a EMATER estimou
1263 para você, já que você que conversou com o diretor lá, um prazo para essa execução? E
1264 gostaria também que você me colocasse o número de pessoas que provavelmente
1265 participarão desse processo. É possível essa resposta? Eu gostaria de passar a palavra
1266 para o Eduardo para que ele desfizesse essa minha curiosidade. - Eduardo -
1267 Representante FETAEMG- Só um comentário para o Dr. Roberto. No caso do Ministro,
1268 ele é auxiliar. A Presidente foi eleita. Tirar é golpe. - Não identificou - Eduardo, seja
1269 breve. - Não identificou- Eu vou esclarecer. Olha bem. Nós passamos a fazer essa
1270 discussão aqui daqui 12 dias e tal. Eu digo que foi criado por essa convocação nesse
1271 momento. Extraordinário. Porque a SUPRAM tinha conhecimento que a EMATER
1272 pediu 20 dias. Há esse lamentável. Eu participei da reunião com o Dr. Milton. Eu, uma
1273 advogada da FETAEMG, o presidente da FETAEMG e outras pessoas. Eu só posso
1274 afirmar aquilo que estiver na minha governabilidade. Da FETAEMG. O que ele
1275 manifestou foi o seguinte: Primeiro lugar o presidente da EMATER, segundo o diretor
1276 técnico, nós temos o maior empenho e a maior, temos a maior obrigação porque o nosso
1277 público é a agricultura familiar. Público preferencial. Vamos iniciar os entendimentos.
1278 Ele está pedindo 20 dias para o seguinte: Ele já sabe que o universo são 768. Ele já sabe
1279 onde ele tem escritório de EMATER. Ele quer dimensionar a equipe e ele vai apresentar
1280 uma proposta para ser assinado um contrato. É isso que ele nos informou. Com
1281 inclusive evidente componente financeiro para a empresa. Ele teria falado que seria não
1282 um valor de 768 que é para quem interessar. Vamos dizer que 768 só 400. Ele disse que
1283 faria uma proposta orçamentária que variaria conforme o número conforme o unitário. É
1284 isso que ele falou. Falou também o seguinte. No dimensionamento que ele está
1285 imaginando ele acha. Agora nós vamos ter que esperar a proposta. Ele acha que seria
1286 possível fazer tudo em 2 meses. Agora isso depende. Se 300 quiserem é um período. Se
1287 200 quiserem é outro período. Nós não temos, mas ele está dimensionando nesse
1288 sentido. Reafirmo a nossa posição. O marco para nós é haver o entendimento junto a
1289 EMATER e a empresa. Havendo o entendimento, para nós, o processo segue normal e o
1290 trabalho vai sendo feito. Isso precisa ficar claro. Duas correções que precisam ser feitas.
1291 Mais basicamente uma. Sabe? Nós não temos votos aqui. Não tem como nós estarmos
1292 obstaculizando. Nós não temos voto no colegiado. Todas as decisões sobre esse
1293 processo foram tomadas por esse colegiado que nós não temos voto. Eu acho que
1294 precisa separar com esse sofisma. Estou sendo delicado. Sofisma. Falar que somos nós
1295 que estamos paralisando. Nós trouxemos uma questão que estou entendendo que as
1296 pessoas acham importante e estão avaliando. É isso. - Não identificou- Eduardo, eu acho
1297 que já discutiu bastante. - Não identificou - Só para concluir. - Não identificou - Eu
1298 acho que. - Não identificou - Só para concluir. - Não identificou- Seja breve, por favor.
1299 - Não identificou - A outra questão é o seguinte. Eu acho que normalmente qual que é a
1300 data da próxima reunião? 18 de? 18 de dezembro. Eu tenho absoluta certeza que a
1301 EMATER vai cumprir este prazo que ela falou. Hoje concretamente faltam 12 dias. Ela
1302 vai se manifestar e eu espero que o entendimento seja feito. Eu espero que seja feito.
1303 Judicialização só interessa a empresa. - Não identificou - Eu particularmente. Eu acho
1304 que está encaminhado. A EMATER foi consultada. Aguarda-se uma resposta. Eu
1305 acredito que nós podemos caminhar via condicionante. Nós temos que compor, nós
1306 temos que verificar como fica. Agora de fato o que me preocupa é a questão da empresa
1307 falar que vai judicializar o laudo da EMATER. Porque se de fato for ocorrer isso eu



1308 acho que perde o objeto de toda essa discussão e isso que foi colocado. Eu acho que o
1309 Francisco também quis falar isso. O Eduardo também colocou isso. O que nós pedimos,
1310 sugerimos realmente é um zelo e um cuidado. Eu acho que o conselho está pronto, não
1311 sei, para votar. Podemos? - Francisco - Representante Ministério Público - Patrick, eu
1312 fiz um requerimento de baixa em diligência. Eu acho que a manifestação. A minha
1313 manifestação é nesse sentido. Porque penso eu que a, sinceramente, a votação do
1314 processo hoje pode prejudicar muito mais o empreendimento do que os 12 dias
1315 restantes. Do meu ponto de vista. Acho que a licença, a própria EMATER, a própria
1316 FETAEMG afirmou que a questão estaria solucionada para eles com a manifestação da
1317 EMATER, quer dizer, a partir do momento que esse documento vier aos autos essa
1318 questão está, pelo que foi dito superada. O que nos daria um conforto imenso, enquanto
1319 conselheiros, porque eu já participei de outras experiências em que essa questão
1320 realmente virou um tumulto no processo de licença de instalação, licença de operação
1321 etc. Para nós seria absolutamente confortável. É isso. Eu acho que essa questão do
1322 amadurecimento da licença por conta de 12 dias é algo que só trará benefícios ao
1323 conselho e ao empreendedor. É o meu ponto de vista. Não estou falando aqui em nome
1324 do empreendedor para falar o que é melhor para ele não. É o que eu penso no contexto
1325 do processo de licenciamento, porque a partir do momento que a licença foi julgada se
1326 ela for concedida no meu ponto de vista ela vai ser concedida de uma forma insegura.
1327 Com insegurança jurídica. Tudo isso, repito, por conta de um documento que pode vir
1328 ao processo em 12 dias. - Não identificou - Essa prerrogativa é do presidente ou é do
1329 conselho? Minha pergunta. A recomendação é do Ministério Público ou a
1330 recomendação é geral? Outra pergunta que eu faço. - José Hermano - Representante
1331 AMA PANGÉIA - Eu também fico na mesma dúvida. Partilho o posicionamento aqui,
1332 porque na verdade nós até descambamos a conversa disso, o que fez, o que está escrito,
1333 onde não está nada. Não estou duvidando nem afirmando. Acho que fugiu
1334 completamente. Não consegui nem colocar a dúvida que eu tinha até agora.
1335 Compartilho a sua posição. Principalmente se tem, se foi falado pelo próprio conselho.
1336 Vamos esperar a manifestação. Eu não estava presente na reunião. Infelizmente eu não
1337 estava presente na reunião, mas se o próprio conselho determinou o próprio conselho
1338 agora fazer o contrário me parece um pouco de contra senso o que pese não ter votado
1339 aqui, porque o resto é o disse que me disse, sinceramente não interessou o processo em
1340 nada aqui. Existe uma técnica, existe um meio, existe uma forma de fazer, existe quem
1341 fazer. A satisfação ou não dos órgãos que eu acho que a EMATER pode responder não
1342 o órgão, a FETAEMG vai ficar satisfeita com o não? Não sei. Essa discussão eu não sei
1343 se ela cabe aqui. Acho que é só uma questão do conselho. A segurança jurídica disso. O
1344 conselho fez e vem a minha dúvida agora depois da colocação é. Se isso fosse
1345 condicionado. Eu estou aqui julgando que o conselho vai decidir votar como
1346 condicionante. Seria possível? Seria satisfatório? Minha dúvida é essa. Quem puder que
1347 me responda. Se fosse condicionado e criada essa condicionante. Isso é legal? Daria
1348 segurança jurídica sim ou não? Eu preciso de alguém que me responda isso só. - Não
1349 identificou - Vamos deixar o Francisco falar? - Francisco de Assis Braga -
1350 Representante ABES - Eu acho que a questão foi criada exatamente pela. - Não
1351 identificou - Pelo alinhamento ne? - Não identificou - Solicitação. Não. De uma reunião
1352 extraordinária, porque se nós tivéssemos seguido a pauta normal até a próxima reunião
1353 nós já teríamos a manifestação da EMATER e não estaríamos vivendo essa situação que
1354 aqui foi criada. Na minha opinião, Patrick, nós deveríamos esperar para complementar
1355 as informações que foram solicitadas pelo conselho. A questão da Prefeitura de Arcos e



1356 a questão da possibilidade de inserção da EMATER na mesa de negociação. A segunda
1357 questão não foi respondida. A primeira respondida. Na minha opinião não tenho
1358 segurança para votar nela, mas essa é a minha opinião particular. A segunda não foi
1359 sanada. Nós podemos resolver isso dentro do prazo ordinário de reuniões. Na minha
1360 opinião, criou-se essa situação exatamente pela precipitação de colocação de um
1361 processo que ainda não estava totalmente pronto para vir a mesa de negociação
1362 atendendo ao que o conselho pediu. - Não identificou - Francisco, eu acho que nós
1363 evoluímos, nós conversamos, entendemos. Agora, acho que a questão principal é que de
1364 fato houve o encaminhamento ou entendimento na reunião anterior. Do jeito que foi
1365 colocado nós não cumprimos o que foi estabelecido. Vamos tratar dessa forma.
1366 Considerando isso. Vamos baixar o processo em diligência. Mais alguma manifestação?
1367 - José Hermano - Representante AMA PANGÉIA - Acho que ganhou todo mundo.
1368 Acho que ganha todo mundo na verdade. Ganha o próprio empreendimento, porque essa
1369 discussão toda aqui não vai ter que acontecer de novo. Ela viria a tona talvez. Poder
1370 pode, mas não deveria mais. Acho que ganha todo mundo. - Não identificou -
1371 Considerando. Eu volto a falar, evoluiu muito. Ficou realmente esse detalhe da
1372 manifestação da EMATER. Considerando esse encaminhamento considero encerrada
1373 essa reunião. - Não identificou - Presidente, só uma palavra. Eu acho que já devia ficar
1374 definido o seguinte. A EMATER pediu um prazo para dar a resposta. Concordo
1375 plenamente, mas tem a possibilidade também da EMATER pedir para prorrogar esse
1376 prazo que é normal tamanha a quantidade de serviços da EMATER. Na próxima
1377 reunião se a EMATER ainda por acaso, por ventura não tiver se manifestado, nós
1378 vamos tornar a prorrogar o licenciamento do processo ou não? Só isso que eu quero
1379 deixar que fique bem claro. Tem essa possibilidade da EMATER pedir mais um prazo
1380 para estudar a demanda de serviço. Queria que já deixasse em ata constado qual vai ser
1381 o procedimento da próxima reunião. - Edécio Ferreira - Representante FAEMG - Eu
1382 compartilho da mesma posição do Dr. Danilo. Acho que já que definiu dessa forma que
1383 o prazo da EMATER seja concedido os 20 dias, mas que na próxima reunião
1384 independente de manifestação ou não nós colocamos em votação e se for o caso
1385 condicionamos a possibilidade do laudo da EMATER se ela aceitar o encargo. - José
1386 Hermano - Representante AMA PANGÉIA - Compartilho da mesma opinião. Já sair
1387 daqui definido. - Não identificou - Considerando as manifestações. Retorno o
1388 encerramento da reunião. Eu acho que pode ficar estabelecido dessa forma. Acho que é
1389 consenso dentro do conselho. Pode considerar isso? Se a EMATER não manifestar
1390 protelar o prazo nós seguimos com o trâmite normal, votação condicionado. Está bom
1391 EMATER? Perfeito? - Não identificou - As decisões são tomadas agora. Eu não saio
1392 daqui com uma decisão já prévia não. - **5. Encerramento** - Não identificou - Vamos
1393 deixar a discussão para o dia e a hora. Encerro a reunião.

1394
1395
1396
1397

Marília Carvalho de Melo
Secretária de Estado Adjunta de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e
Presidente das URC Alto São Francisco